



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**

Construindo uma nova história

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2025– CPL/PMVF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025 – SESAU**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

**EDITAL DA LICITAÇÃO
(REPUBLICAÇÃO)**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO FREIRE - MA, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, através de sua secretária, que a este subscreve, designado através da Portaria de n.º 025 de 03 de janeiro de 2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, conforme consta no Processo Administrativo nº 13/2025 – SESAU, no presente Edital e seus anexos.

A Licitação reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e demais normas pertinentes à espécie e da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, subsidiariamente, no que couber, sendo em tudo regida pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus respectivos anexos.

DADOS DO CERTAME	
Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde	
Objeto: Registro de preços para o fornecimento de materiais, equipamentos e insumos hospitalares e odontológicos para atender as necessidades do Município de Vitorino Freire – MA, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.	
Esclarecimentos/Impugnações: Até 15 de agosto de 2025 às 23h59min (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) a ser enviada para o site www.licitacaovitorinofreire.com.br ou através do E-mail: licitacaovitorinofreire@gmail.com	
Início da Sessão Eletrônica: 19 de agosto de 2025 às 15h00min (quinze horas)	
Sistema Eletrônico Utilizado: http://www.licitacaovitorinofreire.com.br	
Endereço para retirada do Edital: http://www.licitacaovitorinofreire.com.br	
VALOR ESTIMADO, MÁXIMO, DE REFERÊNCIA OU SIGILOSO	☒ Valor: R\$ 5.684.505,38 (Cinco milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinco reais e trinta e oito centavos) ☐ Estimado ☒ Máximo ☐ Referência ☐ Orçamento Sigiloso.
NATUREZA DO OBJETO:	☒ AQUISIÇÃO ☐ SERVIÇOS ☐ SERVIÇOS TICs ☐ OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA
REGIME DE EXECUÇÃO	☐ EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO ☐ EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL ☐ EMPREITADA INTEGRAL ☐ TAREFA ☒ FORNECIMENTO
PARTICIPAÇÃO – MEI / ME / EPP	☐ Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 ☐ Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06 ☒ Licitação de Ampla Participação.
Prazo para envio da Proposta Adequada/Documentação: 02 horas, podendo ser prorrogado motivadamente por igual período.	



DEFINIÇÕES DA PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Referências da Parte Geral	Item	Definições da Parte Específica
MODO DE DISPUTA	7.10.	☒ ABERTO ☐ ABERTO E FECHADO ☐ FECHADO E ABERTO
FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	2.	☒ POR GRUPO ☐ POR ITEM ☐ POR GRUPO, e POR ITEM. ☐ GLOBAL
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	3.	☒ MENOR PREÇO: Intervalo de R\$ 10,00 (dez reais). ☐ MAIOR DESCONTO: Intervalo de % ____.
ORDEM DAS FASES		☒ PROPOSTA – HABILITAÇÃO ☐ HABILITAÇÃO – PROPOSTA
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	4.1.	☒ REGISTRO DE PREÇOS. Na licitação para Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do disposto na Lei nº. 14.133/2021, art. 82. ☐ INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
VALIDADE DA PROPOSTA		A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.
DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA PROPOSTA		☒ NÃO ☐ SIM, na forma do item ____ do Termo de Referência



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**
Construindo uma nova história

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

CAPITAL SOCIAL/PATRI- MONIO LÍQUIDO	17.	☒ Comprovante, na forma da lei, de registro ou arquivamento na Junta Comercial ou no Cartório competente, conforme o caso, de: ☐ patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente; ☒ capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente; ☐ patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item/lote pertinente. ☐ capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente. ☐ Não haverá exigência quanto à comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA		☐ NÃO ☒ SIM Atestado(s) ou declaração de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a Licitante realizou fornecimento compatíveis com o objeto desta licitação, devendo o(s) documento(s) ser impresso(s) em papel timbrado do emitente, constando CNPJ, endereço completo, ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função e descrição dos itens fornecidos.
DEMAIS DOCUMENTOS QUALIFICAÇÃO TÉCNICA		☐ NÃO ☒ SIM, na forma do item 8.6 do Termo de Referência
LICITAÇÃO PARA REGIS- TRO DE PREÇOS:	SEÇÃO XV	☐ NÃO ☒ SIM
POSSIBILIDADE DE ADE- SÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:	SEÇÃO XV	☒ NÃO ☐ SIM ☐ NÃO SE APLICA
APRESENTAÇÃO DE AMOS- TRAS:	SEÇÃO XII	☒ NÃO



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**
Construindo uma nova história

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

		☐ SIM – Prazo para entrega da amostra na forma do item ____ do Termo de Referência
VISITA TÉCNICA:	SEÇÃO XIII	☒ NÃO ☐ SIM, FACULTATIVA , na forma do item ____ do Termo de Referência
PERMITIDA A SUBCONTRAÇÃO		☒ NÃO ☐ SIM, na forma do item ____ da Minuta do Contrato
GARANTIA DE PROPOSTA		☒ NÃO ☐ SIM, A apresentação da garantia da proposta no valor correspondente a 1 % (um por cento) do valor do estimado da contratação será enviada concomitantemente ao cadastramento da proposta inicial no sistema, nos termos do art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021.
GARANTIA DE CONTRATO		☒ NÃO ☐ SIM, na forma do item ____ do Termo de Referência
ANEXOS	47.8.	Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, além dos Anexos mencionados na Parte Geral deste edital, os seguintes documentos: ANEXO I – Termo de Referência ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III - Minuta do Contrato ANEXO IV – Modelos de Declarações ANEXO V – Modelo de Proposta
OUTRAS INFORMAÇÕES		
Pregoeiro: VANDERLEY VIEIRA SOARES		e-mail: licitacaovitorinofreire@gmail.com
Endereço: Av. Wilson Branco, s/n, Centro, Vitorino Freire, Maranhão		
OBS: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo disposições em contrário.		
O prazo de intenção de recorrer em virtude de julgamento de proposta ou por ato de habilitação ou inabilitação de licitante será de 10 minutos.		
Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o <u>horário de Brasília – DF</u> .		



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025

(Processo Administrativo n.º 13/2025 – SESAU)

PARTE GERAL

1. SEÇÃO I - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição/serviços do objeto descrito no campo **DADOS DO CERTAME** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

1.2. Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no Termo de Referência e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

1.3. A **Parte Específica** determinará a forma de apresentação das propostas, que poderá ser da seguinte forma:

1.3.1. **MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE** (grupo de itens): Para esta forma de apresentação das propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos/lotos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3.2. **MENOR PREÇO POR ITEM**: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3.3. **MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE e POR ITEM**: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos/lotos e itens forem de seu interesse. Em se tratando de GRUPO/LOTE, o licitante deverá oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3.4. **MENOR PREÇO GLOBAL**. Para esta forma de apresentação o licitante deverá apresentar proposta para todos os itens ou lotes que compõem a licitação, sob pena de sua proposta não ser aceita sumariamente.

1.4. A **Parte Específica** determinará o critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração, que poderão ser menor preço ou maior desconto.

1.5. A Parte Específica também determinará o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

1.6. O presente procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e nos demais meio previsto em lei para conhecimento dos interessados.

2. SEÇÃO II – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Parte Específica definirá o custo máximo aceitável para a presente contratação.

2.2. Na hipótese de o preço ser sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei nº 14.133/2021, o orçamento elaborado pela administração será divulgado após a fase de lances.

3. SEÇÃO III - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. No campo **DADOS DO CERTAME** deste Edital consta os dados orçamentários referentes a contratação.

4. SEÇÃO IV - DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema de Compras da Prefeitura Municipal de **Vitorino Freire**, através do site: <http://www.licitacaovitorinofreire.com.br> através da opção **SEJA UM FORNECEDOR**.

4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.6. É de inteira responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais sobre o credenciamento no sistema eletrônico e poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, disponíveis no endereço eletrônico <http://www.licitacaovitorinofreire.com.br> e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.7. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no MOMENTO DA HABILITAÇÃO.

4.8. **Ao escolher o plano desejado para acesso ao sistema o Fornecedor desde já, fica ciente de que o seu cadastro poderá ser liberado em até 02 dia útil após a confirmação do pagamento. Assim, a Prefeitura Municipal e nem a Plataforma do Sistema - não assume qualquer prejuízo que o Fornecedor venha a ter pela não participação em processo licitatório quando este tenha feito o cadastro prévio sem respeitar o prazo estipulado acima.**

4.9. **Caso a escolha de pagamento seja via boleto bancário a liberação do acesso à Plataforma de Licitações será condicionada à confirmação do pagamento, sendo que ele pode demorar até 2 dias úteis. Seja para acesso ao credenciamento ou bloqueio do sistema após data de vencimento da fatura.**

4.10. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso ao Portal de Compras da Prefeitura, poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Plataforma, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) Telefone: (81) 3877-1397 E-mail: boletos@brconectado.com.br.

5. SEÇÃO V - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam devidamente credenciados no sistema já indicado.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**
Construindo uma nova história

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

- 5.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 5.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 5.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 5.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 5.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 5.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante; devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 5.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.3. O impedimento de que trata o item 5.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 5.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.2.2 e 5.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 5.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 5.6. O disposto nos itens 5.2.2 e 5.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 5.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 5.8. A vedação de que trata o item 5.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 5.9. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.10. Na hipótese de participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

5.10.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;

5.10.2. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

5.10.3. A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

5.10.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.

5.10.5. O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:

5.10.5.1. Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;

5.10.5.2. Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no subitem 5.10.4.

5.11. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

5.12. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

5.13. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira observada o disposto no item 5.10.1;

5.14. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio.

6. SEÇÃO VI – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS.

6.1. A Parte Específica definirá a Ordem das fases desta licitação.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a Fase de Julgamento da Proposta anteceda a Habilitação, é facultado ao licitante, a depender da funcionalidade da plataforma, encaminhar em encaminhar os documentos de habilitação juntamente com a proposta inicial.

6.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes estão obrigados a encaminhar, na forma e no prazo estabelecidos no item 7.2, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital, sob pena de INABILITAÇÃO.

6.5. No cadastramento da Proposta, o licitante deverá marcar em campo próprio do sistema eletrônico, ou apresentar junto aos documentos de Habilitação as seguintes declarações:

6.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

- assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 6.5.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 6.5.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 6.5.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 6.5.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 6.9. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas.
- 6.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.14. As propostas cadastradas no sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.
- 6.15. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo Pregoeiro.
- 6.16. Em se tratando de Propostas, Declarações, ou outro documento produzido pela empresa, ou ainda atestados de capacidade técnica, somente serão aceitos e analisados os documentos exigidos neste Edital e Termo de Referência que contenham assinatura eletrônica.



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

6.17. Os documentos de que trata o item anterior com assinatura manuscrita, somente serão aceitos e analisados os que se evidencie de forma inequívoca que o documento foi assinado manualmente e escaneado em sua totalidade.

6.18. Considera-se assinatura eletrônica, nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei 14.063/2020, os dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar, observados os níveis de assinaturas apropriados para os atos previstos na referida Lei.

6.19. A assinatura eletrônica por pessoa física ou jurídica, mediante certificado digital, será verificada por meio de análise do painel de assinaturas dos documentos assinados. As assinaturas digitais podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico inclusive pelo assinador Serpro, disponível gratuitamente no sítio eletrônico <https://www.serpro.gov.br/links-fixos-superiores/assinador-digital/assinador-serpro>.

6.20. Os licitantes que apresentarem proposta e documentação que contiverem assinaturas reprográficas, entendidas como aquelas que são reproduzidas eletronicamente (copiadas e coladas) de outros documentos e/ou com assinatura de próprio punho, porém digitalizada e incluída no documento, serão desclassificados e/ou inabilitadas.

6.21. Recebida a Proposta de Preços e a Documentação, o Pregoeiro, obrigatoriamente, efetuará a verificação da veracidade dos documentos cuja emissão tenha sido realizada via internet, mediante conferência destes documentos nos respectivos sites emissores.

6.22. Visando maior agilidade na alimentação de nossos sistemas de gestão, solicitamos as empresas licitantes, que enviem os documentos de habilitação em arquivo único, sempre que possível.

6.23. Visando maior agilidade processual, economicidade e sustentabilidade, solicitamos as licitantes a enviarem tão somente os documentos exigidos no edital, evitando o envio de documentos desnecessários ou em excesso.

6.24. A solicitação do item anterior não engloba os Atestados de Capacidade Técnica, os quais a licitante deve enviar tantos quantos dispuser ou achar necessários a sua Habilitação.

7. SEÇÃO VII - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. *Valor unitário e total do item*

7.1.2. Marca;

7.1.3. Descrição detalhada do objeto, conforme Termo de Referência

7.1.4. Quantidade dos itens, o qual não poderá ser inferior ao máximo previsto para contratação em cada lote.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, mão-de-obra, materiais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, despesas com impostos, taxas, fretes, descontos comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 dias, a contar da data de sua apresentação.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

8. SEÇÃO VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO E FASE DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor Lote.

8.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta esta definido na Parte Específica desse edital.

8.12. A fase de lances seguirá de acordo com o modo de disputa definido na parte específica:

- 8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.15. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.17. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 8.18. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.19. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.20. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 8.21. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.22. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.23. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**FECHADO E ABERTO**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 8.24. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 7.21, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 8.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.26. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.27. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.28. Na hipótese de todos os participantes da fase de lances serem inabilitados ou desclassificados, haverá uma nova rodada de lances entre os licitantes remanescentes, seguindo o mesmo rito estabelecido nos itens 9.23 e 9.24.

8.29. Quando utilizado os modos ABERTO, e FECHADO e ABERTO, definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.30. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.30.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.30.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.31. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema,

8.32. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.33. Sempre que encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.34. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.35. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.36. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

8.37. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecuível; o que não exclui sob nenhuma hipótese a responsabilidade e/ou o ônus da licitante em relação ao erro cometido.

8.38. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.39. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.40. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

8.41. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.42. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.42.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.42.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.42.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.42.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.48 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.48.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.48.2 empresas brasileiras;

9.48.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.49. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.50. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.51. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento, o valor estimado para a contratação e as demais condições estabelecidas neste Edital.

8.52. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.53. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.54. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.55. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.56. A não apresentação de documentação complementar e/ou proposta adequada dentro do prazo estabelecido ensejará na inabilitação/desclassificação da proposta.

8.57. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. SEÇÃO IX – PARTICIPAÇÃO E BENEFÍCIOS A ME/EPP/MEI

9.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

9.3. A depender da forma de participação das ME/EPP/MEI, definido na parte específica, a Planilha Orçamentaria do Termo de Referência indicará os lotes/itens, cuja participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

9.5. Será estendida as cooperativas, os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

9.6. Finalizada a fase de lances, em relação aos lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será efetivada a verificação, do porte da entidade empresarial, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.7. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.8. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.9. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.10. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.11. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

9.12. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

9.13. Em relação a fase de habilitação, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação nos termos do artigo 42 da Lei Complementar 123/06.

9.16. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para comprovação da regularidade fiscal da empresa.

9.17. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10. SEÇÃO X – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na IN SEGES nº 73/2022, podendo ser solicitado ao licitante a apresentação de Planilha de Custos e Formação de Preços para análise quanto a exequibilidade da proposta.

10.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.2.1. contiver vícios insanáveis;

10.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo unitário definido para a contratação;

10.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.3. Em se tratando do mesmo fornecedor, não será admitida a previsão de preços diferentes para itens ou lotes iguais, em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

10.4. Será considerada indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, a qual só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, mesmo que os valores não estejam inferiores a 50% (cinquenta por cento), ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

10.7. A exequibilidade da Proposta, quando solicitada a sua comprovação, deverá ser comprovada, dentre outros documentos que podem ser solicitados, por meio de planilha de custos e formação de preços, onde será analisado os custos um a um para ver se existe algum custo flagrantemente menor do que a despesa (como por exemplo: materiais e uniformes “zerados” ou valores para salários e benefícios incongruentes com a legislação trabalhista e convenções e acordos coletivos de trabalhos das categorias); cópias de contratos, ou notas fiscais emitidas para outros órgãos, ou empresa que comprove a prática de preços iguais ou menores aqueles propostos pela empresa com data de assinatura ou emissão não superior a 180 dias da abertura do certame.

10.8. O prazo para envio dos documentos referentes a exequibilidade, bem como outros documentos complementares a proposta, é de 2h00min (duas horas) sob pena de não aceitação da proposta.

10.9. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.10. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

10.11. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar Planilha semelhante por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

10.14. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.15. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.17. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.18. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. SEÇÃO XI – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

11.1. A proposta final do licitante classificado em primeiro lugar da fase de lances, após a fase de negociação e deverá ser encaminhada no prazo de **duas horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devidamente assinada pelo seu representante legal.

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.1.3. Conter os mesmos elementos necessários a identificação dos produtos, em especial quanto a Marca e Modelo.

11.1.4. Indicação e dados pessoais dos responsáveis pela assinatura do futuro contrato, Atas de Registro de Preços, ou documentos equivalentes.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.

11.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, no caso de ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11.8. A proposta ajustada, também deve ser encaminhada em formato de arquivo aberto, word ou Excel, ou outro formato semelhante, para o e-mail cadastrado no início deste edital. Esta exigência não tem efeito classificatório, é tão somente para facilitar a elaboração dos contratos.

12. SEÇÃO XII – DA AMOSTRA

12.1. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

12.2. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.3. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

12.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação



da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

13. SEÇÃO XIII DA HABILITAÇÃO

13.1. Encerrada a etapa de julgamento da proposta, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.1.1. SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

13.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sanções/ceis>); e

13.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sanções/cnep>).

13.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.3. A Consulta no nome da empresa poderá ser substituída pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

13.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

13.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

13.6. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

13.7. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

13.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto neste edital.

13.9. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme disposto a seguir:

13.10. Habilitação Jurídica:

13.10.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.10.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

- 13.10.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 13.10.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 13.10.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 13.10.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 13.10.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 13.10.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- 13.10.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

13.11. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 13.11.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 13.11.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 13.11.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, do domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Conjunta Negativa de Débitos expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 13.11.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa do Estado e Certidão Negativa quanto a Tributos Estaduais.
- 13.11.5. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa de Dívida Ativa relativa aos Tributos (ISS e TLVF) e apresentação do licenciamento para localização e Funcionamento empresarial;
- 13.11.6. Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 13.11.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 13.11.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.12. Qualificação Econômico-Financeira:

13.12.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

13.12.2. A boa situação financeira da empresa, será aferida por meio dos índices contábeis na forma do Termo de Referência.

13.12.3. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13.12.4. Na hipótese de os índices exigidos no Termo de Referência não serem atingidos, será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido ou Capital Social mínimo na forma e no valor descrito na Parte Específica deste Edital.

13.12.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

13.12.5.1. Publicados em Diário Oficial ou;

13.12.5.2. Publicados em jornal de grande circulação ou;

13.12.5.3. Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;

13.12.5.4. Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma do artigo 6º, da IN nº 11 de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - BREI, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento;

13.12.6. Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a empresa deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado;

13.12.7. A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real ou Presumido deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTABIL, nos termos da INRFB 1.420/2013;

13.12.8. A pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do termo de opção ao simples nacional;

13.12.9. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

13.12.10. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da Documentação e Proposta.

13.12.11. Caso se trate de licitante Pessoa Física, Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

13.12.12. Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.

13.12.13. No caso de exigência de Garantia de Proposta, a mesma deverá ser feita na forma e nas condições previstas no Termo de Referência.

13.12.14. No termo do item anterior, a Garantia será sempre executada no caso o licitante participe da licitação e “desista” de assinar o contrato, diretamente, através da recusa, ou indiretamente, através da não apresentação dos documentos necessários durante o certame.

13.13. Qualificação Técnica:

13.13.1. As exigências de qualificação técnica dos licitantes serão aquelas discriminadas na Parte Específica deste Edital.

13.14. No caso da licitante interessada ser cooperativa, a mesma deverá apresentar a seguinte documentação complementar:

13.14.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

13.14.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

13.14.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

13.14.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

13.14.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

13.14.6. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

13.14.7. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

13.14.8. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

13.14.9. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;

13.14.10. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13.15. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, facultado ao licitante de anexar os referidos documentos, quando do cadastramento da proposta, de acordo com a funcionalidade da plataforma de operação do certame.

13.16. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.17. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

13.18. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.19. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.20. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais nato-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

13.21. Os documentos originais, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados até a data informada na sede do Setor de Licitações no endereço indicado na Parte Específica desse edital.

13.22. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.23. A verificação do cumprimento das exigências dos documentos de HABILITAÇÃO somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.24. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.25. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.26. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.27. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

13.28. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.29. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.31. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.32. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.33. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.34. O licitante provisoriamente vencedor em um Lote, que estiver concorrendo em outro Lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do Lote



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

em que venceu às do Lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.35. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

13.36. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13.37. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

14. SEÇÃO XIV - DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Prefeitura, ou ainda por solicitação de cópia digital do processo no e-mail informado no início deste edital.

15. SEÇÃO XV - DAS SUSPENSÕES E REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, seja para a análise da proposta de preços e/ou da documentação de habilitação, ou qualquer outra razão que justifique a suspensão, fazendo o devido registro via chat.

15.2. Além das reaberturas rotineiras, em consequência do descrito no item anterior a sessão poder ser reaberta ainda:

15.2.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.2.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15.6. A remarcação da sessão, quando não divulgado no ato que a suspendeu, deverá respeitar o prazo mínimo de 24 horas entre a comunicação via sistema e a sua reabertura.

16. SEÇÃO XVI - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, após a regular decisão dos recursos apresentados, quando houver.

16.2. Após a Adjudicação, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17. SEÇÃO XVII – DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

18. SEÇÃO XVIII - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

18.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

18.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

18.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

18.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

18.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, inclusive quanto a manter a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

18.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

18.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



19. SEÇÃO XIX - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido neste edital, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital.

19.3. Caso a convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços não seja realizada dentro do período de validade da proposta, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos. A Administração poderá solicitar prorrogação por mais 90 (noventa) dias antes de findo o prazo de validade.

19.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

19.5. A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no Portal da Transparência e no Portal Nacional de Contratações Públicas na forma da Lei.

19.6. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

19.7. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

19.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

19.9. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

20. SEÇÃO XX - DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a publicação da ata de Registro de Preços, e quando convocadas, as beneficiárias da Ata, terão o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, para comparecerem perante ao setor de licitações para **proceder a assinatura do contrato**.

20.2. O prazo para assinar o contrato poderá ser prorrogado em caso de interesse público a ser devidamente justificado pela Autoridade competente nos autos do processo de licitação.

20.3. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital.

20.4. O contrato será firmado entre o Município de Vitorino Freire, representado pela Secretaria Municipal, que figuram como Órgão Participante desse certame, e os licitantes vencedores.

20.5. O prazo de vigência dos contratos será aquele estipulado no Termo de Referência.

20.6. O fornecedor que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial



atualizado do Contrato, bem como a manter atualizada, durante a execução do Contrato, toda documentação de habilitação exigida na licitação.

20.7. O fornecedor deverá entregar os bens no local indicado, rigorosamente dentro dos prazos estipulados no instrumento do contrato celebrado com as unidades que venham a se utilizar da Ata de Registro de Preços, e de acordo com as especificações técnicas exigidas neste Edital, bem como com as condições que constam de sua proposta.

21. SEÇÃO XXI DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

21.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, conforme previsto no Termo de Referência.

22. SEÇÃO XXII - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

22.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, ou na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

23. SEÇÃO XXIII - DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

23.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

24. SEÇÃO XXIV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

24.1. As obrigações da contratante e da contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, ou minuta do contrato.

25. SEÇÃO XXV - DO PAGAMENTO

25.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

26. SEÇÃO XXVI - DAS PENALIDADES

26.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

26.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

26.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 26.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 26.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 26.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
- 26.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

26.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração;

26.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

26.1.5. fraudar a licitação

26.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 26.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 26.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 26.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

26.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

26.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

26.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 26.2.1. advertência;



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

- 26.2.2. multa;
 - 26.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 26.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 26.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 26.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 26.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 26.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 26.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 26.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 26.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 26.4.1. Para as infrações previstas nos itens 26.1.1, 26.1.2 e 26.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 26.4.2. Para as infrações previstas nos itens 26.1.4, 26.1.5, 26.1.6, 26.1.7 e 26.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 26.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 26.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 26.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 26.1.1, 26.1.2 e 26.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 26.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 26.1.4, 26.1.5, 26.1.6, 26.1.7 e bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 26.1.1, 26.1.2 e 26.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 26.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 26.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 26.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 3 (três) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 26.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

26.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

26.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

26.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

27. SEÇÃO XXVI - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

27.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

27.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Portal de Compras www.licitacaovitorinofreire.com.br e/ou através do e-mail: licitacaovitorino-freire@gmail.com.

27.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

27.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

27.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

27.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

27.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

27.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

27.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

28. SEÇÃO XXVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

28.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

28.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

28.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

28.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

28.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

28.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.10. O edital e seus anexos podem ser consultados gratuitamente no Setor de Licitação, situada à Av. Wilson Branco, s/n, Centro, Vitorino Freire, Maranhão, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 12:00 gratuitamente e se encontra disponível para consulta no site da Prefeitura Municipal: <https://transparencia.vitorino-freire.ma.gov.br/> e no site do TCEMA <https://www6.tce.ma.gov.br/sacop/muralsite/mural.zul> Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço ou pelo e-mail: licitacaovitorinofreire@gmail.com.

28.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 28.11.1. **ANEXO I** – Termo de Referência
- 28.11.2. **ANEXO II** – Minuta da Ata de Registro de Preços
- 28.11.3. **ANEXO III** - Minuta do Contrato
- 28.11.4. **ANEXO IV** – Modelos de Declarações
- 28.11.5. **ANEXO V** – Modelo de Proposta

Vitorino Freire - MA, 31 de julho de 2025

Samila de Sousa Sales
Secretária Municipal de Saúde



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**

Construindo uma nova história

PREGÃO ELETRONICO Nº 010/2025– CPL

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1.0. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação tem como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a Registro de preços para o fornecimento de materiais, equipamentos e insumos hospitalares e odontológicos para atender as necessidades do Município de Vitorino Freire – MA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
GRUPO I - EQUIPAMENTOS HOPITALARES					
1	SELADORA COM TEMPORIZADOR – 40CM – DIMENSÕES: 400 X 250 X 70 MM; FREQUÊNCIA: 60HZ; COMPRIMENTO DA BARRA: 400MM.	UND	2	R\$ 808,63	R\$ 1.617,26
2	ASPIRADOR SECREÇÃO FLUIDOS SANGUE E SALIVA – 1,3L – ITENS INCLUSOS: 01 UNIDADES DE ASPIRAÇÃO; 01 TUBOS DE SUÇÃO; 01 EXTENSÕES; 01 RECIPIENTES DE CAPACIDADE DE 1,3 LITROS; 01 TAMPAS; 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES.	UND	3	R\$ 586,75	R\$ 1.760,25
3	BISTURI ELETRÔNICO 400W, LE4, PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE QUALQUER PORTE, INCLUINDO RESSECÇÃO TRANSURETRAL, COM PAINEL DE CONTROLE DE LED E DISPLAY.	UND	2	R\$ 31.408,00	R\$ 62.816,00
4	MONITOR MULTIPARÂMETROS PARA CENTRO CIRÚRGICO. CAPNOGRAFIA: MÉT. ASPIR. DE BAIXO FLUXO: ATÉ 50ML/MIN; SEM AGENTES ANESTÉSICOS; SEM ÍNDICE DE SEDAÇÃO ANESTÉSICA; CINCO PARÂMETROS BÁSICOS: ECG/RESP/SPO2/PNI/TEMP; TIPO: ESTRUTURA MISTA OU MODULAR; TAMANHO: DE 10" A 12"; COM PRESSÃO INVASIVA (PI). PRAZO DE VALIDADE OU GARANTIA DOS PRODUTOS OFERTADOS NO MOMENTO DA ENTREGA SERÁ DE ATÉ 12 (DOZE) MESES.	UND	3	R\$ 34.995,69	R\$ 104.987,07
5	MEDIDOR DE GLICEMIA SANGUÍNEA 15,00CM X 15,00CM X 5,00CM – COMPOSIÇÃO: AMPLO DISPLAY QUE FACILITA A LEITURA; DISPOSITIVO EJETOR DE TIRAS QUE POSSIBILITA O DESCARTE DA TIRA UTILIZADA SEM O CONTATO COM AS MÃOS, DE MANEIRA MAIS SEGURA E HIGIÊNICA; TECNOLOGIA AUTOCODE E ENZIMA GDH-FAD; PORTÁTIL; INTERVALO DE MEDIÇÃO ENTRE 20 E 600 MG/DL; AMOSTRA ASPIRADA RAPIDAMENTE E SEM CONTATO DIRETO COM O MONITOR: PREVINE CONTAMINAÇÃO CRUZADA; ABRANGÊNCIA DE COMPATIBILIDADE COM AMOSTRAS DE ACESSO CAPILAR, VENOSO E ARTERIAL E EM PACIENTES NEONATOS; VOLUME DE AMOSTRA SANGUÍNEA NECESSÁRIA: 0,5 µL (MICROLITRO); SEM INTERFERÊNCIA DE MALTOSE, GALACTOSE, XILOSE E LACTOSE: MAIS	UND	200	R\$ 55,70	R\$ 11.140,00



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**

Construindo uma nova história

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

	INDICADA PARA USO AMBULATORIAL/HOSPITALAR; RESULTADOS EM 5 SEGUNDOS; INTERVALO DE MEDIÇÃO ENTRE 20 E 600 MG/DL; MEMÓRIA PARA 300 RESULTADOS DE TESTE (DATA E HORA); CONECTIVIDADE E TRANSFERÊNCIA DE DADOS VIA USB; CODIFICADO (CHIP INCLUSO NAS EMBALAGENS DE TIRAS); INDICADO PARA USO PESSOAL (AUTOTESTE) E PROFISSIONAL; COMPATÍVEL SOMENTE COM AS TIRAS REAGENTES ON CALL PLUS II.				
6	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO NYLON COM FECHO DE CONTATO C/ ESTETOSCÓPIO ADULTO DUPLO INOX. (APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO DE ALTA PRECISÃO E SENSIBILIDADE COM BRAÇADEIRA SEM COSTURA 100% NYLON. DESIGN COM TAMANHO E MODO DE USO ESTAMPADOS NO PRODUTO. BRAÇADEIRA COM MAIOR CIRCUNFERÊNCIA E FECHO DE CONTATO MAIS LARGO - ESTETOSCÓPIO ADULTO DUPLO EM AÇO INOX DE ALTA SENSIBILIDADE, COM AUSCULTADOR DUPLO PARA AUSCULTA CARDIOLÓGICA E PULMONAR DE ALTA E BAIXA FREQUÊNCIA. TUBO EM Y COM ISOLAMENTO ESPECIAL PARA MELHOR AUSCULTAÇÃO.	UND	100	R\$ 91,07	R\$ 9.107,00
7	SONAR PORTÁTIL OBSTÉTRICO - GABINETE E TRANSDUTOR CONFECCIONADO EM PLÁSTICO ABS; 04 MODOS DE FUNCIONAMENTO; INDICADOR DE BATIMENTO CARDÍACO FETAL E BATERIA FRACA NO DISPLAY COM CONTADOR NUMÉRICO DIGITAL; SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO; CARREGADOR PARA BATERIA UTILIZA REDE ELÉTRICA (110 V) OU (220 V); DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO PARA ECONOMIA DE BATERIA APÓS 1 MINUTO SEM DETECÇÃO; ALOJAMENTO PARA TRANSDUTOR NA LATERAL DO APARELHO; COMPARTIMENTO PARA A BATERIA LOCALIZADO NA TRASEIRA.	UND	100	R\$ 886,66	R\$ 88.666,00
8	NEBULIZADOR COM FIO – COMPOSIÇÃO: 01 APARELHOS COMPRESSOR; 02 ELÁSTICOS; 01 MÁSCARAS ADULTO; 01 MÁSCARAS INFANTIL; 01 CONJUNTOS MICRONEBULIZADOR; 01 EXTENSÕES (MANGUEIRA); 03 FILTROS DE AR SOBRESSALENTES; 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES.	UND	50	R\$ 106,50	R\$ 5.325,00
9	OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL ADULTO (TIPO DEDO) - OXÍMETRO DE DETECÇÃO DA SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO (SPO2%) E FREQUÊNCIA CARDÍACA (BPM), DISPLAY OLED, FUNÇÃO DE DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO (APÓS 8 SEGUNDOS SEM USO) PARA ECONOMIA DE ENERGIA, MENU DE CONFIGURAÇÃO BEEP E ALARME.	UND	50	R\$ 55,96	R\$ 2.798,00
10	TERMÔMETRO DIGITAL MÁXIMA/MÍNIMA GELADEIRA E/OU VACINA - AMPLO VISOR LCD; APRESENTAÇÃO SIMULTÂNEA DA TEMPERATURA E UMIDADE RELATIVA INTERNAS;	UND	50	R\$ 74,62	R\$ 3.731,00



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**

Construindo uma nova história

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

	UNIDADE DE TEMPERATURA SELECIONÁVEL ENTRE °C E °F; MEMÓRIA DE VALOR MÁXIMO E MÍNIMO DE TEMPERATURA E UMIDADE NO INTERVALO DE MEDIÇÃO; RELÓGIO E DATA COM VISUALIZAÇÃO ALTERNADA A CADA 5S; HORA SELECIONÁVEL ENTRE MODO 12H E 24H; FUNÇÃO ALARME COM PROGRAMAÇÃO HORÁRIA E DIÁRIA. FAIXA DE TEMPERATURA INTERNA: -10 °C ~ +50 °C (+14 °F ~ +122 °F); FAIXA DE UMIDADE: INT. 20% ~ 99% UR (QUANDO A UMIDADE); ALIMENTAÇÃO: 1,5 V (TIPO AAA) X 1.				
11	TERMÔMETRO CLINICO DIGITAL - VISOR DECIMAL; MEDIÇÃO EM °C; À PROVA D'ÁGUA; INDICADOR SONORO / ALERTAS DIFERENCIADOS PARA TEMPERATURA NORMAL E FEBRIL; MEMORIZA ÚLTIMA TEMPERATURA.	UND	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
VALOR TOTAL GRUPO I					R\$ 293.447,58
GRUPO II - EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS					
1	FOTOPOLIMERIZADOR. FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS ODONTOLÓGICAS: COM SISTEMA OPTOELETRÔNICO, COMPACTO, DE FÁCIL MANUSEIO E COM DESIGN ERGONÔMICO; DEVE POSSUIR EMISSÃO DE LUZ FRIA E EM COMPRIMENTO PRECISO DE ONDAS QUE GARANTA A POLIMERIZAÇÃO SEGURA DE COMPOSITOS ATIVADOS PELA ANFOROQUINONA, SEM RISCOS DE AQUECIMENTO DENTAL, LESÕES PULPARES OU DESCONFORTO PARA O OPERADOR/PACIENTE; DEVE POSSUIR COMPRIMENTO DE ONDA ENTRE 440NM - 460NM; COM AJUSTE DE TEMPO DE EXPOSIÇÃO PROGRAMÁVEL, ATÉ 60 SEGUNDOS; COM SISTEMA ELETRÔNICO COMPOSTO DE FONTE DE ALIME.	UND	15	R\$ 1.467,27	R\$ 22.009,05
2	CADEIRA ODONTOLÓGICA. BRAÇO PNEUMÁTICO, QUE FACILITA O TRABALHO DO PROFISSIONAL COM MOVIMENTOS PRECISOS, GERA MENOR ESFORÇO E MAIOR SEGURANÇA DURANTE SUA UTILIZAÇÃO. MOVIMENTOS SINCRONIZADOS PT/VZ (POSIÇÃO DE TRABALHO/VOLTA À ZERO) TOTALMENTE AUTOMÁTICOS; ASSENTO E ENCOSTO COM MOVIMENTOS DE SUBIDA E DESCIDA; ASSENTO COM ALTURA MÍNIMA DE 43 CM E MÁXIMA DE 73 CM; ENCOSTO COM LINHAS ARREDONDADAS, COM CURVATURA ANATÔMICA (LARGURA DE 60 CM) E APOIO LOMBAR; SISTEMA FUSO DE INCLINAÇÃO DO ENCOSTO E ELEVACÃO DO ASSENTO; SISTEMA PANTOGRÁFICO DE ELEVACÃO; BRAÇOS DIREITO E ESQUERDO; ACENDIMENTO DO REFLETOR NO PEDAL DE COMANDO (UMA INTENSIDADE); ENCOSTO DE CABEÇA BIARTICULADO; EXCLUSIVA CARENAGEM; BASE DA CADEIRA EM CHAPA DE AÇO MACIÇA 3/8 (POLEGADAS) DE ESPESURA; ENCOSTO E BASE DO ASSENTO EM VERGALHÃO E CHAPA DE AÇO; LÂMINA	UND	5	R\$ 13.950,00	R\$ 69.750,00



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**

Construindo uma nova história

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

	DO ENCOSTO DE CABEÇA PINTADA E GUIAS DE AÇO; SUPERFÍCIES METÁLICAS COM BANHO DE PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO; SUPERFÍCIES APARENTES COM PINTURA LISA; TRANSFORMADOR DE 12 V PARA ALIMENTAÇÃO DO REFLETOR; RELÉ DE PARTIDA E FUSÍVEL DE PROTEÇÃO; ESTOFAMENTO EXTRA MACIO, COM ESPUMA DE POLIURETANO NO ENCOSTO E ESPUMA LAMINADA NO ASSENTO, REVESTIDO EM PVC - LAVÁVEL E SEM COSTURA. *FUSÍVEL DE PROTEÇÃO DE REDE (ENTRADA): - 10A (110/127 V); - 5A (220/240 V); FUSÍVEL DE PROTEÇÃO DO CIRCUITO: 5A (VIDE TEXTO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)				
3	CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO. CABEÇA PADRÃO COM ATÉ 18 W DE POTÊNCIA @ 2.8 BAR. ROTAÇÃO MÁXIMA DE 380.000 RPM; IRRIGAÇÃO QUÁDRUPLO SPRAY; SISTEMA ANTIRREFLUXO E MICROFILTRO PARA ÁGUA DO SPRAY – EVITA QUE IMPUREZAS CHEGUEM AOS CANAIS DE ÁGUA. CABEÇA DE AÇO INOXIDÁVEL, ROLAMENTOS DE ESFERAS CERÂMICA E BUCHA GUIA EM METAL DURO. ANGULAÇÃO PERFEITA QUE ACOMPANHA A CURVA SPEE. ACOPLAMENTO MULTIFLEX E SISTEMA TROCA-BROCA PRESS-BUTTON (PB). POSSIBILIDADE DE ILUMINAÇÃO DE 25.000 LUX POR BASTÃO DE VIDRO COM SISTEMA MULTIFLEX LED (MANGUEIRAS).	UND	15	R\$ 444,59	R\$ 6.668,85
4	CANETAS DE BAIXA ROTAÇÃO. TRANSMISSÃO 1:5 – MULTIPLICADOR; ROTAÇÃO: ACIONAMENTO DE ATÉ 40.000 RPM MÁXIMA DE ATÉ 200.000 RPM; IRRIGAÇÃO TRIPLO SPRAY; CABEÇA DE AÇO INOXIDÁVEL, ROLAMENTOS DE ESFERAS CERÂMICA E BUCHA GUIA EM METAL DURO. COM ANGULAÇÃO PERFEITA QUE ACOMPANHA A CURVA SPEE. SISTEMA TROCA-BROCA PRESS BUTTON. POSSIBILIDADE DE ILUMINAÇÃO DE 25.000 LUX POR BASTÃO DE VIDRO COM SISTEMA MULTIFLEX LED (MANGUEIRAS).	UND	15	R\$ 448,79	R\$ 6.731,85
5	AUTOCLAVE. PRECISÃO DE TEMPO, TEMPERATURA, PRESSÃO E CICLO REALIZADO. TUDO PARA PROTEGER A SAÚDE NÃO SÓ DE SEUS PACIENTES, MAS A SUA E DE SUA EQUIPE TAMBÉM. COM UM DESIGN MODERNO E ROBUSTO, POSSUI CAPACIDADE PARA 12 LITROS, 16 SISTEMAS DE SEGURANÇA E 6 PROGRAMAS, SENDO 5 DE ESTERILIZAÇÃO E 1 DE SECAGEM EXTRA. ACOMPANHA MANGUEIRA DE 1,5 METROS PARA DESAGUE DO VAPOR. CUBA INTERNA EM AÇO INOXIDÁVEL COM CAPACIDADE PARA 4 BANDEJAS. ACIONAMENTO POR TECLADO DE MEMBRANA. 16 SISTEMAS DE SEGURANÇA. MONITORAMENTO DE TEMPERATURA, TEMPO E PRESSÃO. AJUSTE DE ALTITUDE (REALIZADO PELO TÉCNICO). DIGITAL.	UND	6	R\$ 8.403,00	R\$ 50.418,00



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**
Construindo uma nova história

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

6	COMPRESSOR. POTÊNCIA (HP): 2 E ISENTO DE ÓLEO. ACOMPANHA FILTRO DE AR. DRENO DO RESERVATÓRIO COM FÁCIL ACESSO DE LIMPEZA E BAIXO ÍNDICE DE MANUTENÇÃO. ATENDIMENTO PARA 1 (UM) CONSULTÓRIO. TENSÃO ELÉTRICA: DISPONÍVEL NOS MODELOS 110 V OU 220 V (DEFINIDA NO ATO DA COMPRA).	UND	4	R\$ 1.922,67	R\$ 7.690,68
7	DESTILADORA. DESENVOLVIDO PARA FUNÇÃO DA DESTILAÇÃO DE ÁGUA PARA USO EM AUTOCLAVES DE ESTERILIZAÇÃO À VAPOR OU QUALQUER OUTRA APLICAÇÃO ONDE SEJA NECESSÁRIA A UTILIZAÇÃO DE ÁGUA DESTILADA. EQUIPAMENTO ECONÔMICO, PRÁTICO E DE FÁCIL MANUSEIO. AÇÕES E BENEFÍCIOS. - FÁCIL MANUSEIO - DESIGN MODERNO - BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, PROPORCIONA ECONOMIA DE ATÉ 35% NOS GASTOS DE ÁGUA DESTILADA. - NÃO NECESSITA INSTALAÇÃO. INDICAÇÕES: DESTILAÇÃO DE ÁGUA PARA USO EM AUTOCLAVES DE ESTERILIZAÇÃO À VAPOR OU QUALQUER OUTRA APLICAÇÃO ONDE SEJA NECESSÁRIA A UTILIZAÇÃO DE ÁGUA DESTILADA.	UND	2	R\$ 940,00	R\$ 1.880,00
8	SELADORA. SUPORTE PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM ESPAÇAMENTO REGULÁVEL; REGULAGEM DE TEMPERATURA: PERMITE AJUSTE PARA UMA SELAGEM SEGURA E RÁPIDA; CORTADOR DE PAPEL TIPO TRILHO: CORTA EM AMBOS OS SENTIDOS; CORPO EM AÇO INOX QUE PREVINE A CORROSÃO; FÁCIL LIMPEZA E DESINFECÇÃO; MAIS SEGURO DE MANUSEAR; RESISTÊNCIAS ISOLADAS QUE ELIMINAM O RISCO DE QUEIMA DE PAPEL; FECHAMENTO COM ALAVANCA MANUAL COM TRAVA; CHAVE ON/OFF COM INDICADOR LUMINOSO; CHAPA DE APOIO FRONTAL DESMONTÁVEL - PRODUTO COMPACTO E DE FÁCIL TRANSPORTE; ESPESSURA DE SELAGEM DE 10 MM. OPERAÇÃO CONTÍNUA.	UND	15	R\$ 250,00	R\$ 3.750,00
VALOR TOTAL GRUPO II					R\$ 168.898,43
GRUPO III - INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS					
1	ALAVANCA SELDIN ADULTO RETA Nº 2	UND	20	R\$ 36,26	R\$ 725,20
2	CURVAS AUXILIADORAS DE EXTRAÇÃO DE DENTE	PAR	40	R\$ 51,00	R\$ 2.040,00
3	FORCÉPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº 16	UND	30	R\$ 52,29	R\$ 1.568,70
4	FORCÉPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº 150	UND	30	R\$ 52,48	R\$ 1.574,40
5	FORCÉPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº 69	UND	30	R\$ 51,77	R\$ 1.553,10
6	FORCÉPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº 17	UND	30	R\$ 57,33	R\$ 1.719,90
7	FORCÉPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº 151	UND	30	R\$ 51,28	R\$ 1.538,40
8	FORCÉPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº 65	UND	30	R\$ 51,59	R\$ 1.547,70
9	FORCÉPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº 18R	UND	30	R\$ 56,03	R\$ 1.680,90
10	FORCÉPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº 18L	UND	30	R\$ 52,00	R\$ 1.560,00
11	FORCÉPS ODONTOLÓGICO INFANTIL Nº 101	UND	5	R\$ 59,66	R\$ 298,30
12	DESCOLADOR DE MOLT SIMPLES 18CM Nº 9	UND	40	R\$ 61,84	R\$ 2.473,60



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**
Construindo uma nova história

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

13	ESTOJO PARA INSTRUMENTAL CIRÚRGICO INOX. DIMENSÕES: 20 X 10 X 5 CM	UND	2	R\$ 81,89	R\$ 163,78
14	PORTA AGULHA MAYO HEGAR EM AÇO INOX - 14CM	UND	50	R\$ 22,69	R\$ 1.134,50
15	CURETA DE DENTINA Nº 16	UND	30	R\$ 20,53	R\$ 615,90
16	ALVEOLÓTOMO LUER CURVO	UND	10	R\$ 117,33	R\$ 1.173,30
17	CURETA DE LUCAS Nº 85 (CURETA ALVEOLAR)	UND	20	R\$ 13,17	R\$ 263,40
18	LIMA OSSÉA Nº 12	UND	10	R\$ 19,17	R\$ 191,70
19	SONDA EXPLORADOR Nº 5	UND	60	R\$ 18,02	R\$ 1.081,20
20	PINÇA CLÍNICA Nº 5	UND	60	R\$ 47,85	R\$ 2.871,00
21	ESPELHO PLANO BUCAL Nº 5	UND	60	R\$ 8,14	R\$ 488,40
22	ESPÁTULA SILICATO Nº 1	UND	60	R\$ 31,64	R\$ 1.898,40
23	TESOURA CIRÚRGICA IRIRS RETA - 20CM	UND	50	R\$ 40,64	R\$ 2.032,00
24	BANDEJAS DE INOX. DIMENSÕES: 22,9 X 13 X 1CM	UND	60	R\$ 31,33	R\$ 1.879,80
25	SERINGAS CARPULE COM REFLUXO	UND	60	R\$ 38,00	R\$ 2.280,00
26	EXPLORADOR DE PORTA RETA Nº 5	UND	20	R\$ 14,50	R\$ 290,00
27	KIT ELEVADORES APICAIS E DE SELDIN INFANTIL - 10 PEÇAS	KIT	1	R\$ 57,79	R\$ 57,79
VALOR DO GRUPO III					R\$ 34.701,37
GRUPO IV - INSUMOS HOSPITALARES					
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA. PACOTE C/ 100 UNIDADES	PACOTE	2000	R\$ 4,94	R\$ 9.880,00
2	AGULHA HIPODÉRMICA 0,8 X 40MM (21G X ½) C/100 UNIDADES	UND	15000	R\$ 0,60	R\$ 9.000,00
3	AGULHA PARA RAQUI SPINAL DESCARTÁVEL. ANESTESIA RAQUI Nº 25	UND	2000	R\$ 3,94	R\$ 7.880,00
4	AGULHA PARA RAQUI SPINAL DESCARTÁVEL. ANESTESIA RAQUI Nº 23	UND	1500	R\$ 3,91	R\$ 5.865,00
5	ALCOOL 70% 1000 ML	UND	15000	R\$ 7,00	R\$ 105.000,00
6	ALCOOL EM GEL ANTISSEPTICO 500 ML	UND	8000	R\$ 6,12	R\$ 48.960,00
7	FIO ALGODÃO POLIESTER 0 C/ AGULHA 4 CM. CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	200	R\$ 37,67	R\$ 7.534,00
8	FIO ALGODÃO POLIESTER 1 C/ AGULHA 4 CM. CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	200	R\$ 88,05	R\$ 17.610,00
9	FIO ALGODÃO POLIESTER 2 C/ AGULHA 4 CM. CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	200	R\$ 91,93	R\$ 18.386,00
10	FIO ALGODÃO POLIESTER 3 C/ AGULHA 4 CM. CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	200	R\$ 89,67	R\$ 17.934,00
11	FIO ALGODÃO POLIESTER 4 C/ AGULHA 4 CM. CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	200	R\$ 78,81	R\$ 15.762,00
12	ALGODAO ORTOPEDICO ESTERIL 10CM	UND	4000	R\$ 8,98	R\$ 35.920,00
13	ALGODAO ORTOPEDICO ESTERIL 15CM	UND	4000	R\$ 10,08	R\$ 40.320,00
14	ALGODAO ORTOPEDICO ESTERIL 20CM	UND	3000	R\$ 10,88	R\$ 32.640,00
15	ALGODÃO ROLOS 500G	UND	5000	R\$ 26,63	R\$ 133.150,00
16	ATADURA CREPE TAMANHO 10CM X 4,5M, 13 FIOS, ALGODÃO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM COM 12 ROLOS	UND	4000	R\$ 5,51	R\$ 22.040,00
17	ATADURA CREPE TAMANHO 15CM X 4,5M, 13 FIOS, ALGODÃO, NÃOESTÉRIL, EMBALAGEM COM 12 ROLOS	UND	6000	R\$ 6,47	R\$ 38.820,00



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**
Construindo uma nova história

FLS. Nº _____

PROC. Nº 13/2025 – SESA

RUBRICA: _____

18	ATADURA CREPE TAMANHO 20CM X 4,5M, 13 FIOS, ALGODÃO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM COM 12 ROLOS	UND	6000	R\$ 7,80	R\$ 46.800,00
19	ATADURA CREPE TAMANHO 10CM X 1,80M, 13 FIOS	UND	6000	R\$ 4,56	R\$ 27.360,00
20	ATADURA GESSADA 10CM CX/20 ROLOS	UND	6000	R\$ 2,27	R\$ 13.620,00
21	ATADURA GESSADA 15CM CX/20 ROLOS	UND	6000	R\$ 2,84	R\$ 17.040,00
22	ATADURA GESSADA 20CM CX/20 ROLOS	UND	6000	R\$ 4,84	R\$ 29.040,00
23	AVENTAL DESCARTÁVEL COM MANGA LONGA, COM ELÁSTICO NOS PUNHOS, TNT (HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO), COM FECHAMENTO EM TIRAS (PESCOÇO E CINTURA)	UND	3000	R\$ 5,22	R\$ 15.660,00
24	BOLSA DE UROSTOMIA 19-45 MM (CAIXA C/ 10 UND.)	UND	36	R\$ 44,94	R\$ 1.617,84
25	BOLSA COLETORA DRENAGEM DE URINA SISTEMA FECHADO 2000 ML	UND	4000	R\$ 4,86	R\$ 19.440,00
26	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 0 COM AGULHA CAIXA COM 24	CAIXA	100	R\$ 100,33	R\$ 10.033,00
27	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 1-0 COM AGULHA CAIXA COM 24	CAIXA	100	R\$ 110,67	R\$ 11.067,00
28	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 2-0 COM AGULHA CAIXA COM 24	CAIXA	100	R\$ 104,47	R\$ 10.447,00
29	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 3-0 COM AGULHA CAIXA COM 24	CAIXA	100	R\$ 103,67	R\$ 10.367,00
30	FIO DE SUTURA CATGUTE SIMPLES ABSORVÍVEL COM AGULHA CAIXA COM 24	CAIXA	300	R\$ 111,00	R\$ 33.300,00
31	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES 0 COM AGULHA CAIXA COM 24	CAIXA	300	R\$ 169,17	R\$ 50.751,00
32	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES 1-0 COM AGULHA CAIXA COM 24	CAIXA	300	R\$ 105,62	R\$ 31.686,00
33	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES 2-0 COM AGULHA CAIXA COM 24	CAIXA	300	R\$ 95,93	R\$ 28.779,00
34	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES 3-0 COM AGULHA CAIXA COM 24	CAIXA	300	R\$ 105,04	R\$ 31.512,00
35	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES 4-0 COM AGULHA CAIXA COM 24	CAIXA	300	R\$ 106,25	R\$ 31.875,00
36	CATETER NASAL DE OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS, MODELO ADULTO - ESTÉRIL POR ÓXIDO DE ETILENO; MATERIAL: CONFECCIONADO EM PVC GRAU MÉDICO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, INODORO COM TUBO EXTENSOR TRANSPARENTE MALEÁVEL; POSSUI CONECTOR TIPO "Y", COM DOIS TUBOS DE ACESSO NASAL, PROVIDO NA OUTRA EXTREMIDADE DE UM CONECTOR PADRÃO; PONTA EXTREMAMENTE MACIA;	UND	4000	R\$ 1,97	R\$ 7.880,00
37	CATETER NASAL DE OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS, CÂNULA EM SILICONE, MODELO INFANTIL - EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM EMBALAGEM PLÁSTICA, ESTERILIZADO; P.V.C. ATÓXICO SILICONADO; ESTÉRIL; EMBALAGEM COM 1 UNIDADE; ATÓXICO; ASPIROGÊNICO; DESCARTÁVEL (USO ÚNICO).	UND	2000	R\$ 1,17	R\$ 2.340,00
38	CLAMP UMBILICAL DESCARTÁVEL ESTÉRIL - CAIXA COM 100 UND. - ESTÉRIL; EMBALADO INDIVIDUALMENTE; ATÓXICO E ANTIALÉRGICO; POSSUI FORMATO EM V, DE CORPO ÚNICO, COM BORDAS ARREDONDAS E PARTE	UND	2000	R\$ 0,40	R\$ 800,00



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**

Construindo uma nova história

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

	INTERNA DUPLAMENTE SERRILHADA, COM DESNÍVEL E SISTEMA DE TRAVAMENTO DUPLA COM LACRE DEFINITIVO; DIMENSÕES: COMPRIMENTO 54 MM, LARGURA (FECHADO) 10 MM E ESPESSURA DA SERRILHA 5 MM; ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO.				
39	CLOREXIDINA 2% COM 2000 ML	UND	2500	R\$ 22,69	R\$ 56.725,00
40	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 20 LITROS	UND	5000	R\$ 12,13	R\$ 60.650,00
41	EQUIPO DESCARTÁVEL PARA TRANSFERÊNCIA SANGUE COM CÂMARA DUPLA	UND	500	R\$ 7,22	R\$ 3.610,00
42	EQUIPO DE INFUSÃO GRAVITACIONAL MACROGOTAS	UND	25000	R\$ 0,91	R\$ 22.750,00
43	ESCOVA ESPONJA DE CLOREXIDINA 2%	UND	2400	R\$ 3,84	R\$ 9.216,00
44	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10CM X 4,5 M COM CAPA	UND	2500	R\$ 18,93	R\$ 47.325,00
45	TIRAS REAGENTES PARA TESTE DE GLICOSE - ON CALL PLUS C/50	CAIXA	3000	R\$ 38,67	R\$ 116.010,00
46	FITA MÉTRICA - FITA MÉTRICA FLEXÍVEL COM 150CM; INDICADA PARA MEDIÇÕES EM GERAL; ESCALAS EM CENTÍMETROS E PLEGADAS PARA MEDIÇÃO PRECISA; MATERIAL FLEXÍVEL DE FIBRA DE VIDRO PARA DURABILIDADE; VERSATILIDADE NA MEDIÇÃO DE TECIDOS, PARTES CORPORAIS E ITENS PEQUENOS.	UND	100	R\$ 9,00	R\$ 900,00
47	FITA ZEBRADA PARA AUTOCLAVE, 19MM X 30M - GARANTE QUE O MATERIAL PASSE PELO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR; NÃO MANCHA O PANO; ZEBRADA; DESCOLA-SE SEM RASGAR.	UND	2400	R\$ 3,86	R\$ 9.264,00
48	FIXADOR CITOLOGICO 100ML	UND	1000	R\$ 11,15	R\$ 11.150,00
49	FRALDAS DESCARTÁVEIS TAMANHO G - ADULTO	PACOTE	5000	R\$ 51,51	R\$ 257.550,00
50	GAZE EM ROLO TIPO QUEIJO 9 FIOS - FABRICADO EM 100% ALGODÃO; COMPOSTA POR 8 CAMADAS E 4 DOBRAS, NO FORMATO 91CM X 91M; POR SER ALTAMENTE ABSORVENTE, ENCONTRA LARGA UTILIZAÇÃO EM CURATIVOS OU PROCEDIMENTOS OPERATÓRIOS, ENTRE OUTROS; DENSIDADE DE 9 FIOS/M ² ; NÃO ESTÉRIL; 22 M ² ABERTA; ALTA ABSORÇÃO.	UND	5000	R\$ 69,55	R\$ 347.750,00
51	COMPRESSA DE GAZE ESTÉRIL 13 FIOS 7,5 X 7,5 PACOTES COM 10UND - ESTERILIZAÇÃO DE GRAU CIRÚRGICO; ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO; MACIEZ E SUAVIDADE; MULTI-USO E VERSÁTIL; ESTÉRIL; USO ÚNICO.	UND	2500	R\$ 37,00	R\$ 92.500,00
52	GEL P/ ULTRASSONOGRAFIA C/5KG	GALÃO	60	R\$ 24,01	R\$ 1.440,60
53	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) Nº 14, FLEXÍVEL E DESCARTÁVEL (CX C/100)	UND	6000	R\$ 0,98	R\$ 5.880,00
54	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) Nº 16, FLEXÍVEL E DESCARTÁVEL (CX C/100)	UND	6000	R\$ 1,00	R\$ 6.000,00
55	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) Nº 18, FLEXÍVEL E DESCARTÁVEL (CX C/100)	UND	12000	R\$ 1,00	R\$ 12.000,00
56	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) Nº 20, FLEXÍVEL E DESCARTÁVEL (CX C/100)	UND	12000	R\$ 1,00	R\$ 12.000,00
57	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) Nº 22, FLEXÍVEL E DESCARTÁVEL (CX C/100)	UND	12000	R\$ 0,78	R\$ 9.360,00



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**

Construindo uma nova história

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

58	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) Nº 24, FLEXÍVEL E DESCARTÁVEL (CX C/100)	UND	24000	R\$ 0,79	R\$ 18.960,00
59	TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO DE DEDOS 16X180 C/12UNID - DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL.	UND	500	R\$ 2,47	R\$ 1.235,00
60	INFUSOR/EQUIPO 2 VIAS COM CLAMP	UND	30000	R\$ 0,67	R\$ 20.100,00
61	LÂMINAS DE BISTURI Nº24 C/100	CAIXA	200	R\$ 37,78	R\$ 7.556,00
62	LANCETA DE APARELHO DE GLICEMIA 30G C/50	CAIXA	5000	R\$ 8,55	R\$ 42.750,00
63	LUVAS CIRÚRGICAS ESTÉRIL TAMANHO 6,5 BRANCA, DESCARTÁVEL C/ 100 UND	UND	8400	R\$ 1,13	R\$ 9.492,00
64	LUVAS CIRÚRGICAS ESTÉRIL TAMANHO 7,5 BRANCA, DESCARTÁVEL C/ 100 UND	UND	6000	R\$ 1,10	R\$ 6.600,00
65	LUVAS CIRÚRGICAS ESTÉRIL TAMANHO 8 BRANCA, DESCARTÁVEL C/ 100 UND	UND	6000	R\$ 1,15	R\$ 6.900,00
66	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAM G CX C/100 UND	UND	12000	R\$ 1,94	R\$ 23.280,00
67	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAM M CX C/100 UND	UND	60000	R\$ 1,79	R\$ 107.400,00
68	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAM P CX C/100 UND	UND	12000	R\$ 1,92	R\$ 23.040,00
69	MÁSCARA DESCARTÁVEL SIMPLES C/ ELÁSTICO CAIXA C/ 50 UND	CAIXA	6000	R\$ 57,63	R\$ 345.780,00
70	FIO MONONYLON 0 COM AGULHA, CAIXA COM 24	CAIXA	360	R\$ 46,34	R\$ 16.682,40
71	FIO MONONYLON 1-0 COM AGULHA, CAIXA COM 24	CAIXA	360	R\$ 59,91	R\$ 21.567,60
72	FIO MONONYLON 2-0 COM AGULHA, CAIXA COM 24	CAIXA	360	R\$ 33,17	R\$ 11.941,20
73	FIO MONONYLON 3-0 COM AGULHA, CAIXA COM 24	CAIXA	360	R\$ 46,04	R\$ 16.574,40
74	FIO MONONYLON 4-0 COM AGULHA, CAIXA COM 24	CAIXA	360	R\$ 59,84	R\$ 21.542,40
75	SAPATILHA PROPÉ DESCARTÁVEL BRANCA, CONFECCIONADO 100% EM POLIPROPILENO E ESTERILIZADO C/ 100 UND	UND	24000	R\$ 7,07	R\$ 169.680,00
76	ANTISSÉPTICO RIODEINE DERMO SUAVE DEGERMANTE 1L	UND	3500	R\$ 13,96	R\$ 48.860,00
77	SACO PARA ÓBITO ADULTO 90X210CM COM ZÍPER E IDENTIFICAÇÃO - CONSTITUÍDO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (PEBD), COM ZÍPER FRONTAL; COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO; G - GRANDE - 90 X 210CM C/ 25 UNIDADES	UND	480	R\$ 18,02	R\$ 8.649,60
78	SCALP DE INFUSÃO INTRAVENOSA Nº 18	UND	1200	R\$ 0,20	R\$ 240,00
79	SCALP DE INFUSÃO INTRAVENOSA Nº 25	UND	10000	R\$ 0,19	R\$ 1.900,00
80	SCALP DE INFUSÃO INTRAVENOSA Nº 14	UND	18000	R\$ 0,45	R\$ 8.100,00
81	SCALP DE INFUSÃO INTRAVENOSA Nº 16	UND	10000	R\$ 0,42	R\$ 4.200,00
82	SCALP DE INFUSÃO INTRAVENOSA Nº 23	UND	30000	R\$ 0,56	R\$ 16.800,00
83	SCALP DE INFUSÃO INTRAVENOSA Nº 27	UND	10800	R\$ 0,46	R\$ 4.968,00
84	SERINGA DESCARTÁVEL 01ML COM AGULHA	UND	50000	R\$ 0,22	R\$ 11.000,00
85	SERINGA DESCARTÁVEL 02 ML COM AGULHA	UND	50000	R\$ 0,89	R\$ 44.500,00
86	SERINGA DESCARTÁVEL 03 ML COM AGULHA	UND	50000	R\$ 0,87	R\$ 43.500,00
87	SERINGA DESCARTÁVEL 05 ML COM AGULHA	UND	50000	R\$ 0,39	R\$ 19.500,00



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**
Construindo uma nova história

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

88	SERINGA PARA INSULINA COM AGULHA RE-MOVÍVEL 1 ML	UND	20000	R\$ 0,70	R\$ 14.000,00
89	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº 10	UND	12000	R\$ 0,64	R\$ 7.680,00
90	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº 8	UND	12000	R\$ 0,58	R\$ 6.960,00
91	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 12	UND	600	R\$ 3,00	R\$ 1.800,00
92	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 14	UND	600	R\$ 2,37	R\$ 1.422,00
93	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 16	UND	600	R\$ 2,70	R\$ 1.620,00
94	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 18	UND	600	R\$ 2,56	R\$ 1.536,00
95	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 20	UND	600	R\$ 2,73	R\$ 1.638,00
96	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 22	UND	600	R\$ 2,66	R\$ 1.596,00
97	TELA DE POLIPROPILENO HERNIA	UND	240	R\$ 27,86	R\$ 6.686,40
98	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA COM ELÁSTICO BRANCA PACOTE COM 100 UNIDADES	UND	30000	R\$ 3,00	R\$ 90.000,00
99	FIO DE SUTURA VICRYL 0 - FIO DE SUTURA ABSORVÍVEL, CIRÚRGICO, SINTÉTICO E ESTÉRIL	CAIXA	80	R\$ 283,17	R\$ 22.653,60
100	FIO DE SUTURA VICRYL 1 - FIO DE SUTURA ABSORVÍVEL, CIRÚRGICO, SINTÉTICO E ESTÉRIL.	CAIXA	80	R\$ 123,60	R\$ 9.888,00
101	FIO DE SUTURA VICRYL 4 - FIO DE SUTURA ABSORVÍVEL, CIRÚRGICO, SINTÉTICO E ESTÉRIL.	CAIXA	80	R\$ 182,39	R\$ 14.591,20
102	COMPRESSA CIRÚRGICA CAMPO OPERATÓRIO NÃO ESTÉRIL C/ 50 UND 45CM X 50CM - 04 CAMADAS; NÃO ESTÉRIL; 100% ALGODÃO; SEM FIO RADIOPACO; ALTA ABSORÇÃO.	UND	20000	R\$ 43,67	R\$ 873.400,00
VALOR TOTAL GRUPO IV					R\$ 4.218.966,24
GRUPO V - INSUMOS ODONTOLÓGICOS					
1	ÁCIDO FOSFÓRICO A 37%, SERINGA COM 2,5ml	SERIN-GAS	600	R\$ 4,26	R\$ 2.556,00
2	ADESIVO DENTINÁRIO MAX BOND 2.1 C/4 ML	FRASCO	300	R\$ 65,95	R\$ 19.785,00
3	AGULHA GENGIVAL, CURTA 30G, COM 100 UND	VIDROS	150	R\$ 53,09	R\$ 7.963,50
4	ALGODÃO ODONTOLÓGICO EM ROLETES COM 100 UND	PACOTE	600	R\$ 3,26	R\$ 1.956,00
5	ANESTÉSICO LOCAL LIDOCAINA 2% COM VASO CONSTRITOR C/50 tb. 1,8 ML	CAIXA	300	R\$ 162,17	R\$ 48.651,00
6	ANESTÉSICO TÓPICO EM GELL (POTE DE 12mg)	POTE	60	R\$ 13,75	R\$ 825,00
7	ANTISSÉPTICO BUCAL 1L	LITRO	100	R\$ 32,16	R\$ 3.216,00
8	BABADOR PAPEL IMPERMEÁVEL C/ 100 FOLHAS DUPLAS	PACOTE	500	R\$ 18,17	R\$ 9.085,00
9	BROCA CARBIDE CIRURGICA	UND	80	R\$ 33,22	R\$ 2.657,60
10	BROCA CIRÚRGICA EFÉRICA N.6	UND	60	R\$ 30,41	R\$ 1.824,60
11	BROCA CIRÚRGICA TRONCOCÔNICA PEQUENA	UND	60	R\$ 42,66	R\$ 2.559,60
12	BROCA DE ACABAMENTO RESINA FINA E ULTRAFINA	KIT	60	R\$ 151,52	R\$ 9.091,20
13	BROCA DE AÇO BAIXA ROTAÇÃO DE AO Nº 4	UND	60	R\$ 24,83	R\$ 1.489,80
14	BROCA DE AÇO BAIXA ROTAÇÃO DE AO Nº 6	UND	60	R\$ 24,09	R\$ 1.445,40
15	BROCA LARGO PIEZZO Nº 2	UND	20	R\$ 27,81	R\$ 556,20



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**

Construindo uma nova história

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

16	BROCA PONTA DIAMANTADA CONE INVERTIDA Nº 1031	UND	60	R\$ 15,00	R\$ 900,00
17	BROCA PONTA DIAMANTADA CONE INVERTIDA Nº 1033	UND	60	R\$ 15,20	R\$ 912,00
18	BROCA PONTA DIAMANTADA CONE INVERTIDA Nº 1035	UND	60	R\$ 13,10	R\$ 786,00
19	BROCA PONTA DIAMANTADA, ALTA ROTAÇÃO, ESFÉRICA Nº 1011	UND	100	R\$ 14,63	R\$ 1.463,00
20	BROCA PONTA DIAMANTADA, ALTA ROTAÇÃO, ESFÉRICA Nº 1012	UND	100	R\$ 11,82	R\$ 1.182,00
21	BROCA PONTA DIAMANTADA, ALTA ROTAÇÃO, ESFÉRICA Nº 1013	UND	100	R\$ 11,46	R\$ 1.146,00
22	BROCA PONTA DIAMANTADA, ALTA ROTAÇÃO, ESFÉRICA Nº 1014	UND	100	R\$ 11,13	R\$ 1.113,00
23	BROCA PONTA DIAMANTADA, ALTA ROTAÇÃO, ESFÉRICA Nº 1015	UND	100	R\$ 22,00	R\$ 2.200,00
24	BROCA PONTA DIAMANTADA, ALTA ROTAÇÃO, ESFÉRICA Nº 1016	UND	100	R\$ 13,00	R\$ 1.300,00
25	BROCA PONTA DIAMANTADA, ALTA ROTAÇÃO, TRONCO CÔNICA, Nº 2068	UND	100	R\$ 8,43	R\$ 843,00
26	BROCAS CIRURGICAS Nº 702	UND	100	R\$ 15,62	R\$ 1.562,00
27	BROCAS CIRURGICAS Nº 703	UND	100	R\$ 18,17	R\$ 1.817,00
28	CIMENTO ENDODONTICO CONTENDO HIDRÓXIDO DE CLCIO (TIPO SEALER 26)	CAIXA	30	R\$ 118,68	R\$ 3.560,40
29	CIMENTO TEMPORÁRIO C/20GR (COTOSOL)	CAIXA	100	R\$ 36,53	R\$ 3.653,00
30	CLOREXIDINA VDR C/ 100ML	VIDROS	100	R\$ 15,37	R\$ 1.537,00
31	COLHER DE DENTINA (CURETA DESTINARIA)	UND	40	R\$ 19,34	R\$ 773,60
32	CONE DE PAPEL ABSORVENTE 1ª SERIE CX C/120 PONTAS	CAIXA	40	R\$ 26,87	R\$ 1.074,80
33	CONE DE PAPEL ABSORVENTE 2ª SERIE CX C/120 PONTAS	CAIXA	40	R\$ 28,83	R\$ 1.153,20
34	CONE PRINCIPAL 1ª SÉRIE GUTA PERCHACX C/ 120 PONTAS	CAIXA	40	R\$ 48,67	R\$ 1.946,80
35	CONE PRINCIPAL 2ª SÉRIE GUTA PERCHACX C/ 120 PONTAS	CAIXA	40	R\$ 52,93	R\$ 2.117,20
36	CREME DENTAL C/ FLUOR 90G	UND	800	R\$ 3,77	R\$ 3.016,00
37	ESCOVA DE ROBSON PARA PROFILAXIA	UND	200	R\$ 3,07	R\$ 614,00
38	ESPELHO BUCAL C/ CABO Nº 5	KIT	300	R\$ 3,90	R\$ 1.170,00
39	FILME RADIOGRAFIA PERIAPICAL CX COM 150 UN.	CAIXA	200	R\$ 200,33	R\$ 40.066,00
40	FIO AGULHADO P/ SUTURA ODONTOLOGICO	CAIXA	400	R\$ 49,30	R\$ 19.720,00
41	FIO DENTAL COM 100 METROS	UND	100	R\$ 6,00	R\$ 600,00
42	FIXADOR DA CARESTREAM DENTAL 475 ML	FRASCO	60	R\$ 26,81	R\$ 1.608,60
43	FLÚOR GEL FOSFATO ACIDULADO DE 200 ML	TUBO	200	R\$ 5,71	R\$ 1.142,00
44	FORMOCRESOL COM 10 ML	VIDROS	30	R\$ 12,61	R\$ 378,30
45	HEMOSTOP SOL. TÓP. 10 ML	VIDROS	50	R\$ 15,00	R\$ 750,00
46	HYDRO C/ ESTOJO 28 GR	KIT	60	R\$ 90,33	R\$ 5.419,80
47	IONOMETRO DE VD FORRAMENTO PÓ E LIQUIDO	KIT	50	R\$ 75,56	R\$ 3.778,00
48	KIT ENHANCE PARA ACABAMENTO DE RESTAURAÇÕES (7 PONTAS)	KIT	100	R\$ 176,13	R\$ 17.613,00
49	LÂMINA DE BISTURI Nº 12 CX C/ 100 UND	CAIXA	100	R\$ 33,33	R\$ 3.333,00
50	LÂMINA DE BISTURI Nº 15 CX C/ 100 UND	CAIXA	100	R\$ 50,67	R\$ 5.067,00



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**
Construindo uma nova história

FLS. Nº _____

PROC. Nº 13/2025 – SESAU

RUBRICA: _____

51	LIMA DE KERR DE 31MM - 1ª SÉRIE	CAIXA	100	R\$ 138,67	R\$ 13.867,00
52	LIMA DE KERR DE 31MM - 2ª SÉRIE	CAIXA	100	R\$ 138,93	R\$ 13.893,00
53	LIMA HEDSTRON 25MM 1ª SÉRIE	CAIXA	100	R\$ 134,58	R\$ 13.458,00
54	LIMA DE KERR DE 25MM 1ª SÉRIE	CAIXA	100	R\$ 164,77	R\$ 16.477,00
55	LIMA DE KERR DE 25MM 2ª SÉRIE	CAIXA	100	R\$ 136,73	R\$ 13.673,00
56	LUVA P/ PROCDIMENTOS CX C/ 100	CAIXA	2000	R\$ 31,13	R\$ 62.260,00
57	MASCARA DESC. TRIPLA COM ELÁSTICO, CX C/50	PACOTE	300	R\$ 13,29	R\$ 3.987,00
58	MATRIZ DE AÇO Nº 0,5 MM X 5 MM	UND	100	R\$ 3,75	R\$ 375,00
59	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO	VIDROS	100	R\$ 62,63	R\$ 6.263,00
60	PAPEL CARBONO P/ ARTICULAÇÃO C/ 12 FO-LHAS	PACOTE	100	R\$ 4,82	R\$ 482,00
61	PASTA PROFILÁTICA C/ FLUOR 50 GR	BISNA-GAS	100	R\$ 13,83	R\$ 1.383,00
62	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 14 CM	UND	100	R\$ 53,16	R\$ 5.316,00
63	REVELADOR DA CARESTREAM DENTAL 475ML	FRASCO	100	R\$ 29,93	R\$ 2.993,00
64	SACA BROCAS (RETIRADOR DE BROCAS DA CANETA)	UND	100	R\$ 39,61	R\$ 3.961,00
65	SERINGA DESCARTÁVEL 5 ML C/ AGULHA	UND	800	R\$ 0,57	R\$ 456,00
66	SUGADORES DESCARTÁVEL C/ 40 UNIDADES	PACOTE	1000	R\$ 87,01	R\$ 87.010,00
67	TESOURA PARA SUTURA PEQUENA	UND	60	R\$ 136,66	R\$ 8.199,60
68	TIRA DE LIXA DE POLIESTER P/ ACABA-MENTO DE RESINA	UND	200	R\$ 9,70	R\$ 1.940,00
69	TIRA DE POLESTER C/ 50 UNID	PACOTE	200	R\$ 3,07	R\$ 614,00
70	TIRAS DE LIXA DE AÇO 4MM, C/ 12 UND	CAIXA	240	R\$ 12,76	R\$ 3.062,40
71	TOUCA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO CX C/ 100	CAIXA	300	R\$ 12,00	R\$ 3.600,00
72	ALAVANCA SELDIN 2 RETA	UND	100	R\$ 34,21	R\$ 3.421,00
73	ALAVANCA SELDIN 2 CURVA	UND	100	R\$ 34,47	R\$ 3.447,00
74	FÓCEPS ADUKTO AÇO INOXIDÁVEL Nº 16	UND	60	R\$ 119,24	R\$ 7.154,40
75	FÓCEPS ADUKTO AÇO INOXIDÁVEL Nº 150	UND	60	R\$ 141,87	R\$ 8.512,20
76	FÓCEPS ADUKTO AÇO INOXIDÁVEL Nº 69	UND	60	R\$ 160,28	R\$ 9.616,80
77	FÓCEPS ADUKTO AÇO INOXIDÁVEL Nº 17	UND	60	R\$ 123,54	R\$ 7.412,40
78	FÓCEPS ADUKTO AÇO INOXIDÁVEL Nº 151	UND	60	R\$ 116,57	R\$ 6.994,20
79	FÓCEPS ADUKTO AÇO INOXIDÁVEL Nº 65	UND	60	R\$ 141,87	R\$ 8.512,20
80	FÓRCEPS INFANTIL AÇO INOXIDÁVEL Nº 101	UND	20	R\$ 129,53	R\$ 2.590,60
81	DESCOLADOR CIRÚRGICO	UND	100	R\$ 181,31	R\$ 18.131,00
82	CAIXA METÁLICA GRANDE	UND	20	R\$ 132,31	R\$ 2.646,20
83	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 14 CM PARA SUTURA	UND	100	R\$ 48,89	R\$ 4.889,00
84	KIT CURETAS DE RASPAGEM (7 ITENS)	KIT	20	R\$ 142,03	R\$ 2.840,60
85	ALVÉOLO TOMO CURVO	UND	20	R\$ 130,14	R\$ 2.602,80
86	LIMA PARA OSSO Nº 11	UND	20	R\$ 45,23	R\$ 904,60
87	PERIÓSTOMO (INSTRUMENTAL)	UND	20	R\$ 47,30	R\$ 946,00
88	JOGO DE ALAVANCAS: APICAAL E SELDIN - COM 3 PEÇAS CADA (ADULTO)	KIT	20	R\$ 113,83	R\$ 2.276,60
89	KIT BOÇÃO - MODELOS DE BOÇÃO PARA PA-LESTRAS DEMONSTRATIVA PARA EDUCAÇÃO	UND	20	R\$ 4.060,00	R\$ 81.200,00



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**
Construindo uma nova história

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

	INFANTIL (CONTENDO MACROMODELO DE ARCADEA, CÁRIE, DENTES E ESCOVA)				
90	SONDA EXPLORADOR Nº 05	UND	100	R\$ 8,54	R\$ 854,00
91	PINÇA CLÍNICA PARA ALGODÃO Nº 17	UND	100	R\$ 14,31	R\$ 1.431,00
92	ESPELHO BUCAL Nº 5	UND	100	R\$ 3,31	R\$ 331,00
93	ESPÁTULAS THOMSON PARA INSERÇÃO DE RESINA COMPOSTA	UND	100	R\$ 99,33	R\$ 9.933,00
94	APLICADOR DYCAL SIMPLES	UND	20	R\$ 8,53	R\$ 170,60
95	BANDEJA INOX 22 X 17 X 1,5 PARA 12 INSTRUMENTOS	UND	100	R\$ 45,37	R\$ 4.537,00
96	SERINGA CARPULE	UND	100	R\$ 78,67	R\$ 7.867,00
97	SONDA EXPLORADORA Nº 47	UND	100	R\$ 7,71	R\$ 771,00
98	JOGO CALÇADOR DE PAIVA COM 04 UNIDADES	KIT	20	R\$ 26,66	R\$ 533,20
99	AFASTADOR MINNESSOTA	UND	20	R\$ 19,23	R\$ 384,60
100	COMPRESSA DE GAZES HIDRÓFILA NÃO ESTÉRIL – 8 CAMADAS – 5 DOBRAS	PACOTE	1500	R\$ 32,82	R\$ 49.230,00
101	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO	UND	50	R\$ 248,33	R\$ 12.416,50
102	ESCOVAS DENTÁRIAS INFANTIL	UND	1000	R\$ 1,02	R\$ 1.020,00
103	SUGADOR ENDODONTICO DESCARTÁVEL	UND	200	R\$ 0,99	R\$ 198,00
104	FITA DE AUTOCLAVE	UND	300	R\$ 9,73	R\$ 2.919,00
105	MICROBOCHE	UND	600	R\$ 9,44	R\$ 5.664,00
106	SUGADOR CIRÚRGICO	UND	600	R\$ 4,78	R\$ 2.868,00
107	PAPEL GRAU CIRURGICO	UND	200	R\$ 120,94	R\$ 24.188,00
108	ALCOOL 70 % 1L	LITRO	600	R\$ 7,67	R\$ 4.602,00
109	ANESTÉSICO ARTICAINA	CAIXA	200	R\$ 224,83	R\$ 44.966,00
110	GESSO COMUM OU ESPECIAL PARA USO ODONTOLÓGICO	KG	50	R\$ 23,24	R\$ 1.162,00
111	ALGINATO TIPO 2 PARA MOLDAGEM 410G	UND	100	R\$ 31,00	R\$ 3.100,00
112	CERA PARA MOLDAGEM ODONTOLÓGICA	UND	50	R\$ 74,19	R\$ 3.709,50
113	CERA 7 PARA DEFINIÇÃO DE PRÓTESE ODONTOLÓGICA	UND	50	R\$ 23,43	R\$ 1.171,50
114	MOLDEIRA PAR	UND	50	R\$ 78,54	R\$ 3.927,00
VALOR TOTAL GRUPO V					R\$ 874.299,10
GRUPO VI - EQUIPAMENTOS HOPITALARES – BALANÇAS					
1	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL OBESO 300KG - 300ª - ESPECIFICAÇÕES: CAPACIDADE 300 KG, DIVISÕES DE 50G; RÉGUA ANTROPOMÉTRICA COM ESCALA NA FAIXA DE 1,00 A 2,00 M; DISPLAY LED COM 6 DÍGITOS; PLATAFORMA 400 X 500 MM C/ PINTURA A PÓ DE ALTA RESISTÊNCIA; ESTRUTURA EM AÇO CARBONO; COR BRANCA; DE PINTURA EM ESMALTE PU; FONTE EXTERNA 90 A 240 VAC C/CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO; FUNÇÃO TARA ATÉ A CAPACIDADE MÁXIMA DE PESAGEM.	UND	2	R\$ 1.541,33	R\$ 3.082,66
2	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ELETRÔNICA ADULTO 200KG W 200/100ª - ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO CARBONO;- PADRÃO NA COR BRANCA;- CAPACIDADE MÁXIMA 200 KG, DIVISÕES DE 100 G;- TAPETE EM BORRACHA ANTI-DERRAPANTE;- PÉS REGULÁVEIS EM	UND	100	R\$ 911,10	R\$ 91.110,00



BORRACHA SINTÉTICA;- RÉGUA ANTROPO- MÉTRICA COM ESCALA DE 1,00 A 2,00 M;- FONTE EXTERNA 90 A 240 VAC COM CHAVEA- MENTO AUTOMÁTICO;- DISPLAY LED COM 6 DÍGITOS DE 14,2 MM DE ALTURA E 8,1 MM DE LARGURA;- PLATAFORMA: 340 X 390 MM;- OPCIONAL: SAÍDA DE DADOS RS 232;- FUN- ÇÃO TARA ATÉ CAPACIDADE MÁXIMA;				
VALOR TOTAL GRUPO VI				R\$ 94.192,66
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO				R\$ 5.684.505,38

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Este fornecimento se enquadra como comum, isso porque os itens especificados, são padronizados no mercado, possuem especificações usuais e técnicas amplamente conhecidas e estão disponíveis por diversos fornecedores. Conforme o disposto no art. 6º, inciso XXVII, da Lei nº 14.133/2021, são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado, o que se verifica no presente caso. Tal caracterização viabiliza a adoção de modalidades célere e compatíveis com a natureza da demanda, como o pregão, promovendo a eficiência da contratação.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, nos termos do Art. 105 da Lei 14.133/2021.

1.6. O contrato conterá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.0. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A necessidade objeto desta contratação não possui previsão no plano de contratações anual da organização.

3.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

3.1. Trata a presente licitação de aquisição de itens comuns, conforme especificação e quantitativo descritos no item 1.1 deste termo.

4.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, e no Estudo Técnico Preliminar a contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

4.2. Indicação de marcas ou modelos



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

4.2.1. Na presente contratação não a exigência de indicação de marca específica, ou vedação destas, ficando a critério do fornecedor indicar a marca que atenda as especificações do objeto.

4.3. Amostra

4.3.1. Não haverá necessidade de apresentação de amostra.

4.4. Da exigência de carta de solidariedade

4.4.1. Não será exigida na presente contratação

4.5. Subcontratação

4.5.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

4.5.2. Nas hipóteses de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5.4. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.6. Garantia da contratação

4.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por trata-se de uma contratação, cujo fornecimento será executado de forma parcelada, onde o pagamento será realizado somente após a efetiva entrega dos bens, portanto não se faz necessária a exigência de garantia contratual.

4.7. Vistoria

4.7.1. Não há obrigatoriedade de realização de visita para a contratação, embora o conhecimento prévio das condições locais seja fundamental para uma melhor formulação dos preços e execução adequada do contrato, uma vez que a realidade local deve ser considerada para garantir a eficiência dos serviços contratados.

4.7.2. O município de Vitorino Freire está localizado no estado do Maranhão, na Região Nordeste do Brasil, inserido na microrregião do Pindaré e na mesorregião do Oeste Maranhense, à cerca de 300 km da Capital do Estado. Com uma população aproximada de 30 mil habitantes e uma área de cerca de 1.193 km², Vitorino Freire destaca-se tanto por sua história – tendo evoluído de um povoado denominado “Centro das Boas” – quanto pelo desenvolvimento econômico e social promovido ao longo dos anos.

4.7.3. O acesso ao município é realizado predominantemente por meio de rodovias estaduais e federais, conectando Vitorino Freire a importantes centros urbanos da região, como Bacabal e Olho d'Água das Cunhãs. As vias de acesso apresentam, em geral, condições adequadas para o deslocamento, embora possam demandar cuidados especiais em períodos de intempéries ou em decorrência da manutenção irregular do asfalto. Essa infraestrutura viária é essencial para o escoamento da produção agrícola e a prestação de serviços à população local.

5.0. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.1. O fornecimento desta contratação será realizado de forma parcelada, conforme ordens de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

5.1.2. As ordens de fornecimento serão encaminhadas a licitante por meio do e-mail informado na Proposta Comercial, sendo considerada como recebida no dia seguinte ao envio, ficando sob total responsabilidade da empresa a verificação de seu e-mail ou comunicar formalmente a Administração possível mudança do mesmo.

5.1.3. A entrega dos produtos deverá ser efetuada em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando indicações da marca, fabricante, modelo, tipo e prazo de garantia.

5.1.4. As embalagens dos produtos devem estar em perfeitas condições, intactas, sem perfurações, sem sinais de violação ou danos, e expressar claramente o lote, validade e condições de armazenamento, que deverá ser de acordo com este Estudo e Termo de referência, contados a partir da data de recebimento.

5.1.5. O prazo de validade na data da entrega não deverá ser superior a 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante, a partir da data de fabricação de modo a não ensejar em perdas por perda por vencimento.

5.1.6. Deve ser atendido prontamente quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação nos prazos estipulados.

5.1.7. O fornecimento dos itens solicitando deverá ser realizado, conforme prazo estipulado de até 10 (dez) dias úteis, a contar a partir da data da Ordem de fornecimento, podendo ser prorrogado quando devidamente justificado pela empresa e aceito pela administração.

5.1.8. O Município poderá solicitar em situações emergenciais a entrega de Insumos de Urgência a qual devem ser entregues imediatamente após a emissão da ordem de fornecimento, com prazo máximo de 24 horas, salvo justificativa aceita pela administração municipal.

5.1.9. A entrega deverá realizada por representante devidamente designado da empresa para a realização de conferência quantitativa e qualitativa no ato do recebimento, com registro de eventuais divergências.

5.1.10. Somente serão aceito entrega de insumos por meio de transportes de terceiros em situações emergências e se devidamente autorizado pela administração.

5.1.11. Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, ocorrerem serão de responsabilidade da empresa vencedora.

5.1.12. O licitante declarado vencedor, deve se manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.1.13. O contratado será obrigado a substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

5.1.14. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.0. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. As mensagens eletrônicas de que trata o item anterior será encaminhada para o e-mail da futura contratada informada na carta Proposta, sendo considerado como recebida um dia após o momento do envio, ficando a cargo da mesma o monitoramento de suas caixas de mensagens, bem como a comunicação formal de possível mudança.
- 6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), devidamente indicados por meio de atos próprios da Autoridade Competente.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.9. O fiscal técnico do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.11. O fiscal do contrato informará ao seu superior, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.13. O fiscal do contrato comunicará ao seu superior, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.14. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao seu superior para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.0. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Após o recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente acompanhado dos relatórios e produtos exigidos, a Administração terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para verificar a conformidade dos documentos com o contrato e autorizar a liquidação da despesa.

7.2.2. A nota fiscal deverá conter as informações básicas que permitam sua conferência, tais como: dados do contrato, valor a ser pago, itens fornecidos e identificação do contratante e da contratada.

7.2.3. Se forem identificados erros, omissões ou documentos incompletos, o prazo de liquidação será interrompido, e a contratada será notificada para realizar as correções necessárias. O prazo será reiniciado após a regularização, sem qualquer ônus para a Administração.

7.2.4. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal da contratada e à confirmação de que os serviços foram executados conforme previsto no contrato e atestados pelo fiscal designado.

7.2.5. Caso sejam identificadas pendências ou irregularidades que impeçam a liquidação, a Administração poderá reter o pagamento até a resolução da situação, podendo adotar medidas administrativas adicionais, se necessário.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior,



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.4.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.5. Cessão de crédito

7.5.1. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, de que trata a Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020,

8.0. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, por meio do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por Lote.

8.2. Os documentos para fins de Habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, serão aqueles comumente exigidos na Lei 14.133/2021, conforme descrito no edital.

8.3. Para fins da comprovação da **Qualificação Econômico-Financeira** será exigido a comprovação de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), a serem analisados a parti das demonstrações contábeis na forma do edital.

8.4. A empresa deve ainda apresentar os demais documentos exigidos no edital.

8.5. Não haverá exigência de apresentação de Garantia de Proposta.

8.6. Quanto a Qualificação Técnica a empresa deverá apresentar:



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

8.6.1. Atestado de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o Licitante forneceu produtos compatíveis com a proposta apresentada, em quantidade, característica e prazo, informando ainda que o fornecimento ocorreu de forma satisfatória, devendo o atestado conter o nome, CNPJ, endereço e/ou telefone de contato do órgão atestador, ou qualquer outra forma de que o Agente a Comissão de Contratação possa valer-se para manter contato.

8.6.2. A necessidade de apresentação de atestado de capacidade técnica por parte das licitantes se justifica face a essencialidade do fornecimento desse tipo de material para a administração, para que não haja problemas relacionadas a atrasos, descontinuidade, etc., é de extrema relevância que as empresas vencedoras possuam experiência comprovada no ramo de fornecimento farmacêutico, garantindo, assim, a qualidade, a segurança e a pontualidade na entrega dos produtos. O fornecimento desses materiais envolve não apenas a entrega de itens de saúde, mas também a responsabilidade com o bem-estar da população, especialmente em situações emergenciais ou de longo tratamento, onde a interrupção do fornecimento pode gerar riscos graves à saúde pública.

8.6.3. A exigência de atestado de capacidade técnica visa assegurar que a empresa licitante tenha a competência e a infraestrutura necessárias para realizar o fornecimento desses materiais conforme as exigências sanitárias, legais e contratuais. Ao mesmo tempo procurasse também demonstrar que a empresa vencedora detenha o conhecimento adequado para atender as especificações técnicas e regulatórias do setor farmacêutico, além de garantir a rastreabilidade dos produtos, a gestão de estoques e a adequação às normas sanitárias e de segurança. Dessa forma, a exigência do atestado de capacidade técnica é fundamental para assegurar a eficácia do processo licitatório e garantir a entrega segura e eficiente de materiais hospitalares à população.

8.6.4. Prova de registro e regularidade da empresa junto ao Conselho Regional de Farmácia da sede da licitante;

8.6.5. Certificado de Autorização de Funcionamento (AFE), emitido pela ANVISA, devidamente acompanhado da Publicação no Diário Oficial da União;

8.6.6. Alvará ou Licença da Vigilância Sanitária, estadual ou Municipal da sede da licitante para Produtos (Correlatos), Saneantes e de Transporte.

8.6.7. Sob nenhuma hipótese serão aceitos atestados genéricos, sendo entendido como aqueles que não contenham quantidades, características e prazo e que ocorreu o fornecimento.

8.6.8. As licitantes, quando e se solicitadas, pelo Pregoeiro deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais, endereço atual da contratante e local em que foram realizados os fornecimentos.

8.6.9. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.0. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo máximo aceitável para a presente contratação será de R\$ 5.684.505,38 (Cinco milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinco reais e trinta e oito centavos)

10.0. DOS BENEFÍCIOS A ME/EPP

10.1. Conforme disposto no inciso III do artigo 49 da Lei Complementar 123/2006, não será reservada cota no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo dos itens, considerando os seguintes fatores:

10.1.1. Complexidade e Especificidade dos Itens: A contratação envolve insumos hospitalares que exigem padrões rigorosos de qualidade, certificações específicas e cumprimento de normas sanitárias estritas. Muitas



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

ME/EPP podem não possuir a capacidade técnica ou as certificações necessárias para fornecer tais produtos, o que poderia comprometer a qualidade e a segurança dos serviços de saúde prestados à população.

10.1.2. Garantia de Fornecimento Contínuo: A saúde pública depende de um fornecimento ininterrupto desses materiais. A reserva de cota para ME/EPP pode resultar em dificuldades logísticas ou incapacidade de atender à demanda contínua, colocando em risco o abastecimento das unidades de saúde.

10.1.3. Economia de Escala e Preços Competitivos: Empresas de maior porte frequentemente conseguem praticar preços mais baixos devido à economia de escala. A reserva de cota para ME/EPP pode resultar em propostas com preços superiores, não sendo vantajosa para a administração pública em termos de economicidade.

10.1.4. Capacidade de Atendimento a Grandes Volumes: A demanda por esse tipo de material é elevada. ME/EPP podem não dispor de estrutura logística ou capacidade produtiva para atender a grandes volumes, o que poderia comprometer o cumprimento dos prazos e a regularidade do fornecimento.

10.1.5. Precedentes e Orientações: O Tribunal de Contas da União (TCU), em diversas decisões, tem reconhecido que a reserva de cota para ME/EPP deve ser aplicada de forma a não comprometer a eficiência e a economicidade das contratações públicas. No Acórdão nº 1.599/2020 - Plenário, o TCU destacou que a aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deve ser ponderada com os princípios da isonomia, seleção da proposta mais vantajosa e garantia da obtenção do melhor preço.

10.2. Diante dos fatores expostos, a reserva de cota de 25% para ME/EPP nesta contratação específica não se mostra vantajosa para a administração pública e pode representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado. Assim, com base no inciso III do artigo 49 da Lei Complementar nº 123/2006, justifica-se a não aplicação da referida reserva de cota, visando assegurar a eficiência, a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

10.3. Não obstante as ponderações acima ficam mantidas os demais benefícios reservados a ME/EPP de que trata a Lei Complementar n.º 123/2002.

11.0. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

Vitorino Freire – MA, 04 de junho de 2025

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

HAERTON SILVA DE OLIVEIRA

MARAYSA DE BRITO SAMPAIO

Aprovo o presente Termo de Referência,

Samila de Sousa Sales
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024

Pelo presente instrumento, que entre si fazem, de um lado O MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE - MA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.018.568/0001-16, com sede na Av. Wilson Branco, s/n, Centro, Vitorino Freire, MA, CEP 65320-000, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, para atender as demandas do(a) _____, considerando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025 – SESA – CPL**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, e a respectiva homologação do **Processo Administrativo nº 13/2025 – SESA**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Contratação de empresa para o fornecimento de materiais, equipamentos e insumos hospitalares e odontológicos para atender as necessidades do Município de Vitorino Freire – MA** especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de** _____ da Prefeitura Municipal de _____.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

- 5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.6 e no item 7.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado;
- 8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.3. O cancelamento de registros, será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 8.5.1. Por razão de interesse público;
- 8.5.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

8.5.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Vitorino Freire – MA, ____ de _____ de _____

ORGÃO GERENCIADOR

Representante do Fornecedor

Testemunha:

1. _____

2. _____



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire**
Construindo uma nova história
PREGÃO ELETRONICO Nº 010/2025– CPL

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

*CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI
CELEBRAM, DE UM LADO A **PREFEITURA MUNI-
CIPAL DE VITORINO FREIRE – MA**, E DE OUTRO
LADO, A EMPRESA _____*

Pelo presente instrumento, que entre si fazem, de um lado O MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE - MA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.018.568/0001-16, com sede na Av. Wilson Branco, s/n, Centro, Vitorino Freire, MA, CEP 65320-000 doravante denominada **CONTRATANTE**, por meio da Secretaria Municipal de _____, inscrita no CNPJ n.º _____, neste ato representado por sue(a) Secretário(a) o(a) Sr.(a) _____, nomeado pela Portaria n.º _____, e de outro lado a empresa _____, doravante denominada **CONTRATADA**, sediada à _____, inscrita no CNPJ nº _____, neste ato representada pelo Sr. (a) _____, _____, têm entre si, ajustado o presente Contrato de Fornecimento, cuja lavratura foi regularmente autorizada em despacho constante no Processo Administrativo nº 13/2025 – SESA, da Licitação na modalidade PREGÃO nº 010/2025 e seus anexos, e ainda da proposta adjudicada que a este integram, independentemente de transcrição, submetendo-se as partes e observando às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 10, de 25 de maio de 2023 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.0. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para o fornecimento de materiais, equipamentos e insumos hospitalares e odontológicos para atender as necessidades do Município de Vitorino Freire – MA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.0. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência da contratação será 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos do Art. 105 da Lei 14.133/2021.

3.0. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual é Fornecimento.

3.2. O modelo de gestão, demais prazos, bem como as condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contratação.

4.0. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.0. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xx,xx que será pago a contratada na proporção em que o fornecimento for executado.



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependem dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6.0. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7.0. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em XX de XXXXXX de XXX.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha(m) a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.0. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.7. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.8. Explicitamente emitir decisão (no prazo de 10 dias, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período) sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9. Responder aos eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos casos de reajuste, repactuação ou revisão, conforme aplicável ao caso concreto, apresentados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data do protocolo.

8.10. Sob nenhuma hipótese a Administração responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.0. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, o que inclui:

9.14.1. Não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;

9.14.2. Não se apropriar, para si ou para outrem, de material confidencial e/ou sigiloso de tecnologia que venha a ser disponível;

9.14.3. Não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10.0. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESA
RUBRICA: _____

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se propõem a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11.0. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, conforme previsão no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência dessa Contratação.

12.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no item 26 do termo de referência desta Contratação.

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito às sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que devidamente observadas as disposições e o rito previsto no mesmo artigo, e nos artigos 157 a 162, seus incisos e parágrafos da mesma lei, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

12.3. As multas de Mora e Compensatória, serão aplicadas e cobradas da forma prevista no Termo de Referência.

12.4. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13.0. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente,



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

assegurados o contraditório e a ampla defesa, hipótese em que também se aplicam os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4. Se a operação de que trata o item anterior implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto ainda:

13.7.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.7.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

14.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:

15.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.0. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

18.0. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vitorino Freire - MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi impresso em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Vitorino Freire – MA, ____ de _____ de _____

Representante da Contratante

Representante da Contratada

Testemunha:

3. _____

4. _____

PREGÃO ELETRONICO Nº 010/2025– CPL
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA

Ref.: PREGÃO ELETRONICO Nº 010/2025– CPL

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a), portador (a) da CI nº e do CPF nº, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- 1) **Quanto a empregar agentes incapazes ou relativamente incapazes;** consoante o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze).
- 2) **Quanto ao pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação;** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3) **Quanto a inexistência de fato impeditivo de licitar,** e que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar do PREGÃO em epígrafe, e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata. Declara, outrossim, conhecer na íntegra o Edital e que se submete a todos os seus termos.
- 4) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5) **cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.**
- 6) Que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7) **Quanto a condição ME/EPP/COOP,** esta empresa cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021 e está excluída das vedações constantes destes dispositivos e; na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Lei Complementar nº 147/2014;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Lei Complementar nº 147/2014.
() COOPERATIVA, conforme artigo 34 da Lei Federal nº. 11.488/2007 e cumprimos os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
() Não é ME/EPP/COOP.
- 8) Que a proposta apresentada foi elaborada de forma totalmente independente, sem que seu conteúdo ou a intenção de apresentá-la tenham sido, total ou parcialmente, informados, discutidos ou recebidos de qualquer outro participante da licitação em epígrafe por qualquer meio ou pessoa. Declara também



**Prefeitura Municipal de
Vitorino Freire
Construindo uma nova história**

FLS. Nº _____
PROC. Nº 13/2025 – SESAU
RUBRICA: _____

que não buscou, por intermédio de qualquer meio ou pessoa, influenciar a decisão de terceiros quanto à participação na referida licitação, e que o conteúdo da proposta não será comunicado ou discutido, total ou parcialmente, com outro participante antes da adjudicação do objeto. Ademais, afirma que o conteúdo da proposta não foi, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas, estando plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e detendo plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

PREGÃO ELETRONICO Nº 010/2025– CPL
ANEXO V - MODELO DE CARTA PROPOSTA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO FREIRE
ATT: COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Ref.: PREGÃO ELETRONICO Nº 010/2025– CPL

Prezados Senhores,

1. Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente da Lei nº 14.133 de 1.º de abril de 2021 e das cláusulas constantes do Edital.
2. Propomos à **Prefeitura Municipal de Vitorino Freire** pelo preço total abaixo declinado nas condições estabelecidas, efetuar o fornecimento do objeto do **PREGÃO ELETRONICO Nº 010/2025– CPL**
3. O prazo de validade desta Proposta é de 90 (noventa) dias a contar da data da sua entrega.
4. O prazo de fornecimento será de 12 (doze) meses.
5. Ratificamos o preço total no valor de R\$ () para Contratação de empresa para o fornecimento de materiais, equipamentos e insumos hospitalares e odontológicos para atender as necessidades do Município de Vitorino Freire – MA, conforme especificações contidas no **ANEXO I** – Termo de Referência e na tabela abaixo
6. Outras informações: Razão Social da Proponente, Endereço, Telefone, Fax, Celular, E-mail, (se houver) CNPJ Nº _____ incluso o nome da Instituição Bancária nº, Agência e Conta corrente.

Local, data e assinatura.

(nome da empresa e do seu representante legal, com a devida identificação)